

INTRODUÇÃO

A aula inaugural do Ginásio Barão de Antonina, em 15 de março de 1937, no salão nobre do educandário, teve a presença dos prefeitos de Mafra (SC) e Rio Negro (PR), respectivamente, Pedro Kuss e Hugo Neumann; do deputado estadual e presidente da Associação Mafrense de Ensino, Severiano Maia; do desembargador de Santa Catarina, Heraclio Carneiro Ribeiro; e demais autoridades, professores e alunos. A aula foi proferida pelo diretor do ginásio, Dr. Nilto Carias de Oliveira, versando sobre o capítulo do livro “História da Civilização”, de F. Tubino de Sampaio. Logo após, o desembargador Heraclio Carneiro fez um discurso realçando a missão do Ginásio na preparação física e intelectual dos jovens, os quais são “herdeiros do sangue e das tradições dos nossos heróis”, e exaltou o esforço e a capacidade da Associação Mafrense de Ensino, que, em apenas um ano de fundação, construiu o ginásio e demais prédios, colocando-os em funcionamento (GINÁSIO BARÃO DE ANTONINA, 1937, p.11).

A presença importante desses representantes da elite política e econômica de Mafra, Rio Negro e demais cidades das regiões norte de Santa Catarina e sul do Paraná, na aula inaugural do Ginásio, bem como a participação ativa de alguns desses representantes na diretoria da Associação ressaltavam uma antiga preocupação com a educação secundária dos filhos e filhas das famílias influentes da região. Estas, por falta de um educandário próximo, pagavam muito caro pela manutenção dos seus filhos em cidades distantes, como Curitiba (PR), Florianópolis (SC), Joinville (SC) e Blumenau (SC), as quais possuíam esse tipo de ensino. As cidades que lideraram esse empreendimento educacional sempre tiveram um passado estreito e interligado.

Até o ano de 1917, Mafra era um bairro do município de Rio Negro, do Estado do Paraná. Essa região esteve envolvida em dois conflitos importantes: a questão das fronteiras entre os Estados de Santa Catarina e Paraná e a Revolta do Contestado. Entre os anos de 1915

e 1916, a questão das fronteiras foi resolvida através da intervenção da justiça federal, e o município de Rio Negro perdeu suas terras do lado esquerdo do rio para o Estado de Santa Catarina. Em 1917, Santa Catarina criava nessas terras o município de Mafra (REVISTA, 1967). São duas cidades com as mesmas origens históricas, divididas por um rio, em Estados diferentes e se autointitulam de “irmãs”. Vinte anos depois da municipalização, em 1937, as elites das cidades-irmãs colocaram em funcionamento o Ginásio Barão de Antonina¹, em Mafra.

A compra do terreno, a construção e o funcionamento do Ginásio foram obras da Associação Mafrense de Ensino, sociedade civil e laica criada em 1936 que, para tal empreendimento educativo, contou com donativos e subvenções das prefeituras de Mafra, Itaiópolis (SC), Rio Negro (PR), do Estado de Santa Catarina e dos sócios (RELATÓRIO, 1998, p.06). Esse fato demonstra a influência política e econômica da Associação naquela região. O elogio do desembargador Heraclio Carneiro Ribeiro, na aula inaugural, estava carregado de significados, pois o presidente, vice-presidente e secretários da Associação eram políticos que circulavam, através dos anos, em cargos dos três poderes nos níveis municipal e estadual, e possuíam uma vida econômica de destaque na região (REVISTA, 1967). Para ilustrar essa situação de influências políticas e econômicas, registra-se parte da matéria do jornal “O Trabalho”, do mês de fevereiro de 1937, sobre os exames admissionais e a inspeção federal, para os quais os interessados deveriam se inscrever diretamente com o prefeito de Mafra, senhor Pedro Kuss, ou com o gerente do Banco Nacional do Comércio, senhor Thomaz Pereira. Diz a matéria daquela edição de jornal:

[...] avisa a todos os interessados que os exames de admissão a 1ª série do Curso Fundamental serão realizados na 2ª quinzena de Fevereiro p. vindouro, impreterivelmente.

[...] Os interessados deverão inscrever-se desde já, procurando para isso, em Mafra, o snr. Pedro Kuss, (edifício da Prefeitura Municipal) e em Rio Negro, o snr. Manoel Thomaz Pereira (edifício do Banco Nacional do Comércio), das 15 às 18 horas, todos os dias.

Avisa, outrossim, que em data de 03 do corrente mês foi requerido ao snr. Ministro da Educação e Saúde Pública, do Rio de Janeiro, a designação de um Inspetor para proceder à verificação do Gymnasio, a fim de lhe ser concedida à inspeção federal, de acordo com a lei. (ENSINO, 1937, p. 03).

¹ O Ginásio recebeu esse nome em homenagem a João da Silva Machado, natural da cidade de Taquari, no Estado do Rio Grande do Sul, nascido em 1782. Começou como negociante de gado, no Rio Grande do Sul, e revendia nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Maranhão. Explorou minério de prata em Santa Catarina e foi um dos fundadores da cidade de Rio Negro (PR) em 1826. Em 1843 recebeu o título de Barão de Antonina e, em 1854, foi senador da recém-criada Província do Paraná. Faleceu em São Paulo no ano de 1875 (RELATÓRIO, 1998, p. 03).

A Associação Mafrense de Ensino possuía mais de 120 sócios, divididos em sócios fundador-efetivos, que contribuíam com um ou mais conto de réis; sócios efetivos, que contribuíam com cem mil réis ou mais; e sócios beneméritos, que contribuíam com cinco ou mais contos de réis (ESTATUTO, 1936). Esse fato demonstra que a Associação se mantinha não apenas com subvenções públicas, mas com o auxílio dos sócios, quase na totalidade das cidades de Mafra e Rio Negro. Além das subvenções públicas e do auxílio dos sócios, a Associação cobrava mensalidades e outras taxas dos alunos e alunas do Ginásio.

O segundo artigo do capítulo primeiro do estatuto da Associação diz: “A associação tem por fim concorrer para o ensino público do país, fundando e mantendo quaisquer cursos que as leis de ensino lhe permitirem” (ESTATUTO, 1936).

Enquanto a Associação era mantenedora do Ginásio, esse artigo nunca foi colocado em prática. Até o início do ano de 1942, o Ginásio Barão de Antonina foi uma instituição de ensino particular. Os alunos carentes poderiam estudar se fossem custeados por subvenção de algum Município próximo ao educandário ou pelo Estado de Santa Catarina. A preocupação da Associação não era a educação das classes populares e sim a educação dos grupos mais abastados da região, que prestavam seus exames para admissão no Ginásio, vindos de escolas isoladas ou dos dois grupos escolares, um em Mafra e outro em Rio Negro (REVISTA, 1967, p. 67). Se não fosse pela subvenção, o acesso ao Ginásio era custoso; o exame de admissão, a matrícula, as mensalidades, os livros didáticos, tudo tinha um custo que só as classes dirigentes daquela região podiam pagar.

Não era comum naquele período, em Santa Catarina, uma Associação laica manter e dirigir um estabelecimento de ensino secundário. Prova disso eram as outras instituições de ensino do Estado que, na maioria, eram dirigidas e/ou mantidas por entidades confessionais ou pelo poder público municipal. Mesmo com as subvenções públicas, eram os membros da Associação Mafrense de Ensino, através de sua diretoria, que mantinham e organizavam o Ginásio Barão de Antonina. Mais uma prova da importância social, política e econômica dos representantes da Associação naquela região que, por quinze anos, dirigiram o Ginásio.

Essas anotações iniciais sobre a criação do Ginásio Barão de Antonina têm por finalidade demonstrar a importância dessa instituição de ensino para aquela comunidade, que, através de suas engrenagens, como normas, regras e organizações, reproduziam uma determinada cultura e conservavam um determinado conjunto de grupos sociais que estavam aptos a frequentar aquele ambiente escolar (BOURDIEU, 1998, p. 09).

A criação do Ginásio Barão de Antonina, na década de 1930, está inserida num momento ímpar de crescimento de instituições particulares de ensino secundário em Santa

Catarina. O Ginásio Catarinense, única instituição de ensino secundário na Primeira República (DALLABRIDA, 2001), perde sua exclusividade e, em outras regiões do Estado, surgem novos ginásios, como: Ginásio Bom Jesus, em Joinville; Colégio Santo Antônio, em Blumenau; Ginásio Diocesano, em Lages; Ginásio Barão de Antonina, em Mafra; Ginásio Aurora, em Caçador; Ginásio Lagunense, em Laguna; Ginásio José Brasilício e Ginásio Coração de Jesus, em Florianópolis. O ensino secundário desse período ficou relegado a instituições particulares (DALLABRIDA, 2006, p. 127). O Estado continuava com sua política educacional voltada à expansão do ensino primário, à nacionalização da educação e à formação dos professores para esse ensino primário (FIORI, 1991, p. 120-144). Essa situação de abandono do poder público estadual gerou críticas de vários educadores da região rio-mafrense, entre os quais cito o professor Venceslau Muniz, em matéria publicada no Jornal “*O Trabalho*”, em outubro de 1937, intitulada “Ensino Secundário”:

[...] Está, pois, o Estado, na obrigação de conceder ensino secundário à mocidade, reservando para tal fim os recursos indispensáveis de sua economia.

Parece, todavia que tem faltado a Sta Catarina uma superior compreensão sobre tão relevante serviço público, mormente na atualidade, quando por toda a parte as populações se vêm manifestando numa demonstração de interesse pela educação secundária, concorrendo mesmo com suas próprias economias para criação de estabelecimentos de ordem.

Nestas condições se constituíram esses ginásios particulares que surgiram por todo o Estado, substituindo assim os oficiais que deveriam existir.

Na Capital o Ginásio Catarinense obteve uma subvenção, ainda que pequena.

Para os demais ginásios a verba é diminuta, tanto mais si considerarmos que o Estado bem poderia manter dois estabelecimentos oficiais desse gênero, com os quais gastaria nunca menos de uns 400 contos de reis, unicamente na manutenção.

[...] Esta, aí, portanto, em ligeiras considerações, a situação sobre a qual nos propusemos uma análise, visando demonstrar a necessidade de ser pelo menos duplicada a verba destinada aos tais estabelecimentos [...] (MUNIZ, 1937, p. 03).

Das nove instituições de ensino secundário de Santa Catarina, nas décadas de 1930 e 1940, uma praticava exclusivamente a educação feminina: o Colégio Coração de Jesus; quatro praticavam exclusivamente a educação masculina: o Ginásio Catarinense, o Colégio Santo Antônio, o Ginásio Aurora e o Ginásio Diocesano; quatro praticavam a co-educação: o Ginásio Bom Jesus, o Ginásio Barão de Antonina, o Ginásio José Brasilício e o Ginásio Lagunense (GARCIA, 2006). O Ginásio Barão de Antonina abriu uma nova possibilidade escolar: a co-educação secundária laica para as elites da região. Ofereceu naquele período para o gênero masculino, internato e externato; e para o gênero feminino, apenas o externato (RELATÓRIO, 1950). Possivelmente promoveu novas relações no interior social e cultural daqueles grupos abastados das regiões vizinhas ao educandário. Como utilizaram a co-

educação no processo de formação sociocultural? Como se viam ou desejavam ser através desse processo educativo? Quais os modos, as assimilações e resistências desses (as) educandos (as) no processo de socialização desses grupos através do Ginásio?

A co-educação deve ser aqui entendida como a educação de alunos e alunas numa mesma série e classe de aula e não em série com classes separadas por sexo, como era o caso da educação mista de uma forma geral, promovida principalmente em São Paulo, no final do século XIX, nos Grupos Escolares e no Estado de Santa Catarina, a partir da segunda década do século XX. Educar alunos e alunas numa mesma classe, segundo os defensores desse sistema, era positivo e importante para o aprendizado dos mesmos. Sobre esse tema, a professora Jane Soares de Almeida (2006) defende que a co-educação era uma proposta educativa, que esteve em pauta nas discussões de educadores e intelectuais brasileiros desde o início e posterior formação da República do Brasil. “Os adeptos da co-educação dos sexos, inspirados no ideal americano e europeu, acreditavam que juntar meninos e meninas nas escolas seria benéfico e acentuaria seus pontos positivos, preparando-os mais eficazmente para a futura vida em comum” (ALMEIDA, 2006, p.01).

A co-educação para aquele período provocava também em muitos setores da sociedade, sobretudo nos meios católicos, desconfiança e duras críticas. Enfim, a educação mista promovia a educação de ambos os sexos, numa mesma escola, mas em classes separadas. Já o sistema de co-educação teria seu pleno desenvolvimento com classes de aulas mistas, oportunizando para ambos os sexos as mesmas oportunidades de aprendizagem.

Nas décadas de 40 e 50 do século XX, a maioria da população mafrense morava no meio rural, realidade essa compartilhada com as cidades ao norte de Santa Catarina e sul do Paraná. A economia mafrense sempre esteve ligada às atividades rurais, como a cultura de erva-mate, a extração de madeira e a criação de gado. A economia do meio urbano provinha do comércio, das atividades relacionadas com a rodovia, ferrovia e construção civil e das atividades públicas. Mafra, naquele período, era um centro econômico regional; não rivalizava economicamente com outros centros de Santa Catarina, como Blumenau e Joinville, tampouco com centros maiores, como Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS). Mas, como em todo centro econômico, possuía um conjunto de famílias que, ao longo do tempo, construíram uma elite regional que se estendia tanto nas áreas política e econômica como também na social e cultural. Pensando na educação de seus filhos e filhas, esse grupo social não só criou o Ginásio Barão de Antonina, como já dito anteriormente, mas também utilizou esse espaço educativo na construção de um conjunto de relações sociais entre os gêneros.

Pensar o Ginásio como espaço social é analisar as diferentes estratégias utilizadas por esses grupos para a formação, dentro e fora daquele espaço educativo, de um conjunto de medidas culturais e sociais tendo em vista a cultura escolar. Cultura escolar visível nas festividades, concursos, peças teatrais, cinemas, formaturas e uma infinidade de eventos que tinham por objetivo dar a conhecer a relação entre os indivíduos. Essa cultura escolar co-educativa ia desde o uniforme, roupas de festas e cotidianas, prática de esportes, maneiras de se comportar e falar no espaço escolar, até os espaços sociais externos à escola. Socializar-se com rapazes e moças no Ginásio gerava, ao longo do tempo, um sentimento de pertencimento, de partilha entre iguais, um tempo de relações sociais, que possivelmente os ajudaria nos anos que viriam após o término dos estudos (PINÇON; PINÇON-CHARLOT, 2002, p. 23)

Com o propósito de melhorar a análise da co-educação, cultura escolar e seus limites no Ginásio Barão de Antonina, precipuamente escolheu-se a categoria Cultura Escolar como instrumento teórico importante na compreensão dessa instituição educativa. Sob esse ângulo, compreende-se a cultura escolar

como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas à finalidade que podem variar segundo épocas (JULIA, 2001, p.09).

Nesse aspecto, torna-se importante analisar as normas e práticas escolares, como as disciplinas, regimentos, leis, decretos, planejamentos das disciplinas, livros didáticos, festas, teatros, organizações estudantis, desfiles, tudo que é produzido e reproduzido pela escola. Aquilo que deveria ser ensinado e praticado, juntamente com aquilo que possivelmente foi ensinado e praticado no dia-a-dia escolar. Compreender também as relações sociais, no processo de incorporação da cultura escolar, nos mais variados espaços do educandário, bem como as atividades promovidas nos espaços externos ao educandário. Com efeito, entender as disciplinas escolares como parte dessa cultura escolar do Ginásio. Elas se encontravam ligadas umas às outras, participavam do mesmo processo pedagógico de exercícios, exames e certificação e também dos outros dispositivos comportamentais, sociais e morais no processo construtivo dos sujeitos escolares (JULIA, 2002, p. 62).

Portanto, a cultura escolar co-educativa levava as famílias e seus filhos a manter ou melhorar dentro da região seu status social, podendo gerar uma multiplicidade de ganhos sociais, que poderiam vir em forma de casamentos, ocupações nos mais variados poderes públicos, negócios, empregos.

Segundo Bourdieu (1998), a cultura escolar não é uma cultura neutra; ela seleciona saberes, escolhe conteúdos para um determinado grupo social. Por isso, é importante analisar as relações sociais do gênero masculino e feminino dentro do Ginásio. Que tipo de acesso os alunos e alunas possuíam aos saberes e práticas escolares? Para que papel social futuro se deveriam se formar os alunos e alunas daquela instituição escolar? Que apoio era dado pelas famílias à co-educação, visualizando as diferenças e igualdades entre os gêneros naquela instituição de ensino?

Esse estudo de gênero no Ginásio Barão de Antonina será analisado através da perspectiva teórica de Guacira Lopes Louro. Esta sugere que o gênero deve ser entendido como parte essencial dos caracteres próprios e exclusivos dos sujeitos:

Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a idéia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o. O sujeito é brasileiro, negro, homem, etc. Nessa perspectiva admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são também constituintes dos gêneros. Estas práticas e instituições “fabricam” os sujeitos (LOURO, 1997, p. 25).

Sendo a escola uma instituição carregada de práticas sociais e culturais, ela, desde seu início, constituída e constituinte dos gêneros, produz diferenças, separa e fabrica os sujeitos, produz através dos seus variados mecanismos desigualdades entre os gêneros. Como se produzem essas diferenças, essas desigualdades? Qual o efeito dessa produção nos sujeitos escolares? Esses questionamentos são importantes para o entendimento da construção escolar das diferenças de gêneros num sistema de ensino co-educativo (LOURO, 1997, p.57).

Ainda na problemática do gênero e cultura escolar co-educativa no Ginásio Barão de Antonina, faz-se necessário relacionar e fundamentar a análise dessa dissertação com os trabalhos de Letícia Garcia (GUARCIA, 2006)², que realiza um estudo sobre o gênero feminino secundário no Ginásio Coração de Jesus, de Florianópolis, único estabelecimento de ensino exclusivamente feminino e católico do Estado de Santa Catarina nas décadas de quarenta e cinquenta do século XX. Também com Norberto Dallabrida³, que realiza um estudo aprofundado da educação secundária masculina católica do Ginásio Catarinense no período da Primeira República, e outro trabalho, em coautoria com Fernando Leocino da

² GARCIA, Letícia Cortellazi. **Sobre Mulheres Distintas e Disciplinadas: Práticas Escolares e relações de Gênero no Ginásio Feminino do Colégio Coração de Jesus (1935-1945)**. 2006. Monografia (Bacharelado em História). Centro de Ciências da Educação – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

³ DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

Silva⁴, sobre o ensino secundário co-educativo e laico do Ginásio Lagunense, da cidade de Laguna (SC), entre os anos de 1932 e 1945. Portanto, serão analisadas as diferenças, igualdades e/ou continuidades de um sistema co-educativo, empregado no Ginásio Barão de Antonina com outros sistemas de ensino co-educativos ou que aceitavam em suas instituições apenas um sexo.

O foco desta pesquisa está no período compreendido entre os anos de 1942 e 1952, analisando a prática do regime de co-educação e seus limites na cultura escolar do Ginásio Barão de Antonina. O recorte temporal proposto tem início em 1942, ano da nova reforma educacional para o ensino secundário nacional, com a criação do Decreto-Lei nº. 4.244, de 9 de abril de 1942, com o nome de Lei Orgânica do Ensino Secundário.

Essa reforma educacional, criada pelo Ministério de Educação e Saúde, no Rio de Janeiro, também ficou conhecida na historiografia da educação como Reforma Gustavo Capanema. Essa reforma normalizou e baixou uma série de determinações sobre a possibilidade e funcionamento do regime co-educativo e feminino nas instituições de ensino secundário do território nacional, reformulando e reorganizando a grade curricular dessa modalidade de ensino, tendo transformado com isso o currículo e a organização escolar do Ginásio. Portanto, a partir dessa data, o currículo escolar do Ginásio foi reorganizado para atender também a nova disciplina escolar exclusiva do sexo feminino, a disciplina de Economia Doméstica.

Em janeiro de 1952, aparentemente por uma crise financeira da Associação Mafrense, que vinha se desenrolando desde 1950, todos os bens móveis e imóveis da Associação foram doados para o Estado de Santa Catarina que, a partir daquele ano, passou a gerir o Ginásio, tornando-se uma instituição de ensino secundário pública. A crise financeira enfrentada pela Associação deveu-se à diminuição de sócios e à criação, em 1950, de um Ginásio e Escola Normal, gratuitos e criados pelo Estado do Paraná, na cidade de Rio Negro, vizinha à Mafra, no atual Colégio Estadual “Presidente Caetano Munhoz da Rocha”. Essa iniciativa educacional do Estado do Paraná, em Rio Negro, afetou a Associação Mafrense de Ensino e seu regime de ensino particular (RELATÓRIO, 1998, p. 7).

Em suma, analisar-se-á a co-educação, cultura escolar e seus limites no Ginásio Barão de Antonina como instituição de ensino privada de 1942, ano inicial do novo currículo escolar secundarista, criado pela Reforma Gustavo Capanema até 1952, ano em que o Estado de

⁴ DALLABRIDA, Norberto; SILVA, Fernando Leocio da. **Ginásio Lagunense: Laicidade e Co-educação (1932-1945)**. In: DALLABRIDA, Norberto; CARMINATI, Celso João. (Org.) O tempo dos ginásios: ensino secundário em Santa Catarina (final do século XIX – meados do século XX). Campinas – SP: Mercado de Letras, 2007, v., p. 29-53.

Santa Catarina recebe a doação da Associação Mafrense de Ensino e institui no Ginásio o ensino secundário público e gratuito.

Dessa forma, este estudo procura fornecer elementos para pensar o Ginásio Barão de Antonina como um lugar privilegiado da cultura escolar co-educativa e da formação escolar secundária diferenciada para ambos os gêneros de uma elite interiorana, que provavelmente apresentava características distintas das demais regiões do Estado de Santa Catarina.

O Ginásio era entendido como local privilegiado da produção cultural escolar, segundo Bourdieu (1998), uma produção cultural da classe dominante. Entender a co-educação escolar como um mecanismo interno e muitas vezes externo ao Ginásio, no processo de relação social entre os jovens representantes daquele grupo. Através dessa cultura escolar dominante, selecionava aquilo que deveria ser ensinado, seguido, adquirido, rejeitado, para que a instituição e os seus membros fossem vistos como legítimos representantes e, portanto, invejáveis e seguidos.

Consultar e coletar as fontes primárias são um passo importante na pesquisa. Nesse sentido, o trabalho ficou facilitado, pois o prédio antigo do Ginásio Barão de Antonina foi conservado e hoje é um “Museu Escolar”. Nele encontra-se um arquivo com os documentos produzidos no Ginásio entre os anos do recorte temporal proposto: os relatórios mensais, que eram enviados ao Rio de Janeiro; as fichas individuais de acompanhamento escolar; as atas de várias reuniões; os livros-ata de matrícula, de provas, de conteúdo, de resultado final, de certificados, de exames de admissão; os relatórios da disciplina de Educação Física; os regimentos. Além desse material, há fotos, móveis, uniformes, livros didáticos, instrumentos pedagógicos variados. Também se encontra uma infinidade de documentos e fotos da Escola Normal Barão de Antonina, criada em 1950.

Esse museu funciona devido ao trabalho incansável da professora da disciplina de História da instituição, Marilda Ferigotti, que, com o auxílio de alunos e colaboradores, limpou e pouco a pouco reformou o prédio do antigo Ginásio. Devido à falta de interesse da Prefeitura de Mafra e da Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, o museu funciona com a coordenação do trabalho voluntário da professora Marilda. Portanto, na maioria das vezes, por falta de informação e de cursos sobre a organização de um museu, esse é organizado de maneira aleatória e insipiente sem seguir uma ordem científica de catalogação e conservação do material.

Ainda próxima ao museu do Ginásio fica a Biblioteca Municipal, que possui o acervo dos periódicos do recorte temporal apontado, como os jornais: *Correio de Mafra*, *A Nação*, *O Trabalho*, *Jornal de Mafra*, *O Luzeiro*, *O Noticiário da Fronteira*, *A Tribuna da Fronteira*.

Esse material está organizado e catalogado, mas faltam diversos exemplares de cada um deles. Desses periódicos, o que está mais completo e com mais informações sobre o Ginásio Barão de Antonina é o jornal *O Trabalho*. Em vista disso, o processo de pesquisa em periódicos para essa dissertação se concentra nesse jornal.

O arquivo escolar é fonte importante de informação sobre o dia-a-dia da escola, informação registrada que pode revelar uma infinidade de nuances sobre determinados temas. Num olhar superficial, é a representação das informações oficiais, pormenores escolares que deveriam seguir as regras oficiais ou deveriam obedecer a elas rigidamente. Seguindo os estudos mais recentes do arquivo escolar, através do suporte teórico da categoria Cultura Escolar, o arquivo pode e deve ser analisado como um conjunto mais amplo de representações do cotidiano da escola, representação das normas, dos sujeitos analisados ou dos sujeitos que eram analisados, da prática dos sujeitos ou daquilo que se esperava das práticas. Por se tratarem de documentos que representavam o dever da norma, da legislação ou simplesmente a representação daquilo que os sujeitos queriam mostrar ou ocultar, torna-se primordial ter essa visão mais alargada do olhar sobre o arquivo escolar.

Através de entrevistas semiestruturadas em um roteiro organizado, coletou-se depoimentos de alunos(as) egressos, ex-professores(as) e ex-funcionários(as). São objetivos dessas entrevistas⁵: confirmar, refutar ou apenas realizar uma reflexão a partir das fontes primárias coletadas; buscar compreender as relações sociais dos diferentes gêneros, estabelecidas no dia-a-dia daquela instituição escolar; conhecer e averiguar as memórias dos agentes escolares daquele período; entender a memória dos entrevistados na concepção do documento/monumento, criada por Jacques Le Goff.

Nesse prisma, “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado; é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder” (LE GOFF, 1996, p.545). Entender a fala e muitas vezes os documentos escritos apresentados por eles é tentar compreender o pano de fundo que a memória por eles foi construída e modificada pelo tempo, desejos e aspirações. Sobretudo, desmontar a fala, o roteiro, a maquiagem para analisar também as condições de montagem e produção desses documentos/monumentos (LE GOFF, 1996, p.548).

Esta pesquisa compreende, através da categoria Cultura Escolar, a interpretação do ensino co-educativo na reforma do ensino secundário de 1942 e as possíveis implicações da reforma no Ginásio; o tratamento dado pela Associação Mafrense de Ensino àquele tipo de

⁵ As entrevistas serão organizadas segundo as disposições legais sobre a coleta de depoimentos para uso histórico.

educação; as divergências entre os educadores do período sobre aquele tema; as disciplinas escolares oferecidas no Ginásio, como a Educação Física, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, que eram diferenciadas por gênero, e as outras disciplinas escolares da grade curricular, comuns aos gêneros. A co-educação e a formação de habilidades através dos limites físicos, normas, regulamentos, uniformes, exercícios, exames, certificação, atividades cívicas e extracurriculares, a distinção dos limites e das formas diferenciadas do ensino co-educativo, atestadas pelas famílias e concretizadas no Ginásio também constituem objeto da pesquisa.

A presente pesquisa será dividida em dois capítulos. No primeiro, será analisada a co-educação e as disciplinas escolares. O capítulo abre com uma discussão a respeito do sistema co-educativo no processo de expansão do ensino secundário em Santa Catarina na primeira metade do século XX e dos pensamentos pedagógicos divergentes a respeito da co-educação. Por um lado, o pensamento católico expresso principalmente pela Ação Católica Brasileira, contrário a esse sistema educativo, e no outro os pensadores favoráveis à co-educação, representados principalmente no Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

O objetivo não é analisar o processo de formação desses grupos, suas organizações e divergências internas; é pontuar que nas décadas de quarenta e cinquenta, no cenário nacional do sistema educacional secundarista, havia divergências, desencontros, dúvidas sobre a importância pedagógica do funcionamento de instituições de ensino co-educativas.

Ainda nesse capítulo será feita uma análise da normalização do ensino secundário através da lei de 1942, principalmente no que se refere ao desenvolvimento da educação feminina no ensino secundário, sua abertura e seus limites. Observar-se-ão, no currículo do Ginásio Barão de Antonina, as disciplinas escolares em comum e as generificadas, evidenciando, em suas distribuições e divisões, os limites da prática co-educativa secundarista no Ginásio Barão de Antonina.

No segundo capítulo, a análise se dará sobre a co-educação e a formação de habilidades, onde se observará a organização, distribuição e ocupação do tempo e dos espaços físicos do Ginásio, mormente as diferenciações ou igualdades de gênero na utilização desse tempo e espaço. Será apresentada a distribuição das aulas na grade semanal, ocupação das salas durante as aulas e outras atividades, ocupação dos pátios no recreio, utilização do espaço para as aulas de Educação Física, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, que eram generificadas.

Já no que se refere às avaliações e resultados, esse capítulo focaliza a organização da vida funcional da escola nas regras sobre a admissão, promoções, aprovações e reprovações,

critérios avaliativos e disciplinares, levando em consideração a presença desigual de gêneros no Ginásio. Com o propósito de compreender a cultura escolar co-educativa em construção no Ginásio Barão de Antonina, destaca-se e evidencia-se o espaço físico do Salão Nobre, como lugar de experiências escolares e sociais diversas, através de peças teatrais encenadas pelos alunos e alunas daquela instituição, palestras e filmes; a circulação das famílias e seus filhos nas exposições dos trabalhos escolares e festas da instituição; a organização dos estudantes na confecção de festas, fotos e convites; o brilho, organização e espetáculo dos desfiles cívicos e formatura.

Este trabalho, que teve início no ano de 2005, era parte integrante de um projeto de pesquisa maior intitulado “Ensino Secundário em Santa Catarina entre as décadas de 1930 e 1950: redes e culturas escolares” sob a orientação do Professor Doutor Norberto Dallabrida, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). Financiado pela mesma universidade e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), teve duração de dois anos. O objetivo era pesquisar as nove instituições de ensino secundário que funcionavam no Estado na primeira metade do século XX. A pesquisa, como parte integrante do trabalho, era analisar o Ginásio Barão de Antonina, da cidade de Mafra, de 1936, ano de fundação da instituição, até 1942⁶. Depois, com o início, em 2007, do Mestrado de Educação da Universidade do Estado de Santa Catarina, como aluno regular, foi dada continuidade à pesquisa sobre aquela instituição de ensino.

Em face disso, a motivação desta pesquisa vem, em primeiro lugar, do desejo de compreender o processo de formação e desenvolvimento do ensino secundário em Santa Catarina. Como professor de história de uma escola de ensino médio da rede pública estadual catarinense, percebo a urgência dessa compreensão.

Em segundo lugar, o atual regime escolar público e a maioria do regime escolar privado, no ensino médio, é co-educativo. No período apontado da pesquisa, de 1942 a 1952, o sistema de educação catarinense era bem diferente, sendo o Ginásio Barão de Antonina um dos poucos a oferecer um regime de co-educação laico, abrindo possibilidades para a educação feminina. Essa realidade educativa singular ajudou na escolha em analisar a co-educação, cultura escolar e seus limites nesse Ginásio.

⁶ O resultado da pesquisa sobre o ensino secundário catarinense entre as décadas de 1930 e 1950 foi publicado através de um livro pela editora Mercado de Letras e Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) no ano de 2007. Compõe um dos capítulos do livro o resultado da minha pesquisa sobre o Ginásio Barão de Antonina com o título: “A Co-educação Escolar das Cidades-Irmãs: Ginásio Barão de Antonina nas décadas de 1930 e 1940” (MARTINS, 2007, p.166).

Por último, esta pesquisa é importante para a historiografia educacional catarinense por ser uma das poucas a tratar a co-educação laica num estabelecimento de ensino secundário catarinense, visto que, na primeira metade do século XX, a maioria dos ginásios catarinenses eram de regime escolar para apenas um gênero e ligados a redes de ensino religiosas.

CAPÍTULO 1

SABERES ESCOLARES: A FORMAÇÃO DIFERENCIADA DOS GÊNEROS

A Associação Mafrense de Ensino, através do Ginásio, oferecia para ambos os sexos o ciclo fundamental do ensino secundário e, em 1941, com a formatura da primeira turma, foi reconhecido sob inspeção permanente pelo Departamento Nacional de Educação do Ministério da Educação e Saúde (RELATÓRIO, 1950, p. 03). Como não oferecia, até o ano de 1950, o segundo ciclo do ensino secundário, os (as) licenciados (as) do fundamental, na continuação dos seus estudos, deveriam procurar outras instituições de ensino em Curitiba (PR) ou em Florianópolis (SC)⁷.

O Ginásio, através do seu órgão mantenedor, oferecia aos alunos o regime de externato e internato, e então foi construída uma casa, atrás do prédio, para abrigar os adolescentes que vinham de cidades vizinhas a Mafra. Naquele período, a criação do regime de internato para as alunas era uma idéia inconcebível; no mesmo espaço físico, um internato de mulheres e homens ia contra os princípios de moralidade da época. O próprio regime de co-educação em nível nacional era duramente criticado por setores conservadores da sociedade, muitos deles ligados ao catolicismo.

Somente em 1950, foi elaborado um relatório para funcionamento do Segundo Ciclo do Ensino Secundário □ o Curso Científico □ e despachado para o Rio de Janeiro pelo inspetor responsável pelo Ginásio Barão de Antonina, Sr. Tito Lívio Motta Espezin. Apesar de a papelada da secretaria e documentos já terem como título “Colégio Barão de Antonina”, o Curso Científico funcionou somente três anos e formou apenas uma turma. Pouca matrícula no primeiro ano, o número pequeno nos seguintes para a formação de novas turmas e a recusa do Estado de Santa Catarina de continuar com o Curso Científico foram motivos para o fechamento do Segundo Ciclo do secundário no ano de 1952. (RELATÓRIO, 1950, p. 02).

⁷ O Colégio Catarinense de Florianópolis era o único do Estado de Santa Catarina que oferecia o Segundo Ciclo do ensino secundário com o Curso Complementar Pré-Jurídico (DALLABRIDA, 2006, p. 128).

O gênero feminino, na história do ensino secundário catarinense, até a década de 1950, esteve à margem do processo educativo. Dos cinco ginásios católicos no Estado de Santa Catarina, apenas um oferecia educação exclusiva feminina □ o Ginásio Coração de Jesus, de Florianópolis (GARCIA, 2006). Nas quatro regiões catarinenses onde a Igreja Católica criou instituições de ensino secundário exclusivas para o sexo masculino, nenhuma foi criada sob regime de co-educação. Mesmo com esse índice numérico superior de educandários católicos, contrários na sua essência à co-educação, durante as décadas de 1930, 1940 e 1950, funcionaram normalmente os quatro ginásios catarinenses com o regime de educação mista: Ginásio Barão de Antonina, Ginásio Bom Jesus, Ginásio José Brasilício⁸ e Ginásio Lagunense. Possivelmente, somando as alunas e formandas do ensino secundário dos cinco ginásios catarinenses que permitiam a educação feminina, o número era restrito e inferior aos alunos e formandos masculinos no Estado (DALLABRIDA, 2006, p. 134).

Naquele momento histórico, a questão da co-educação escolar para parte da instituição católica e principalmente para o movimento católico Ação Católica Brasileira⁹ era uma prática subversiva e “a Igreja sempre condenou, claramente, as escolas chamadas mistas ou neutras” (VALDIVINO, 1940, p. 26)¹⁰. Para a Ação Católica, esse sistema de ensino, em que convivem num mesmo espaço físico meninos e meninas, as alunas recebem uma educação errônea, amoral e incompleta, por serem submetidas a valores que condizem apenas aos alunos; as meninas deveriam ser educadas para ocupar seu espaço social como esposas e mães.

As orientações da Igreja Católica nas primeiras décadas do século XX para a educação das mulheres no ensino secundário eram para que ela fosse realizada em instituições escolares exclusivamente femininas. Isso não significa que dentro da própria instituição não houvesse membros favoráveis a tal processo educativo. Não foram encontradas, nos documentos do Ginásio Barão de Antonina e nem no jornal do município de Mafra pesquisado, declarações ou artigos contrários à co-educação no ensino secundário; a maioria das famílias que utilizavam a instituição era de origem católica, mas também não havia nenhuma matéria a favor de tal educação. Dentro da instituição católica, parece que o movimento Ação Católica Brasileira é o mais radical em suas ideias e defesas sobre a negatividade da co-educação. Nesse sentido, as ideias e defesas aqui apresentadas constituirão um ponto de discussão entre

⁸ O Ginásio José Brasilício teve curta duração em Florianópolis, durou apenas de 1928 a 1931.

⁹ A Ação Católica Brasileira era um movimento leigo católico criado pelo Cardeal D. Sebastião Leme da Silveira Cintra em 1935. Na década de 1940 seu dirigente principal era o Dr. Alceu Amoroso Lima.

¹⁰ O senhor Valdivino era no período uma das lideranças do movimento Ação Católica Brasileira no nordeste brasileiro e membro do magistério secundário do Estado do Ceará.

os defensores da co-educação e a co-educação estabelecida na Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942.

Para a Ação Católica, a co-educação dos sexos era algo em desacordo com as leis evangélicas. Tentava-se explicar, através da religião, da psicologia e da medicina moderna, que o desenvolvimento masculino e feminino era diferente e, portanto, aquele sistema de educação era cientificamente errado. A educação dos sexos deveria ser separada por gênero especialmente no ensino secundário, época da adolescência. Criticava-se o movimento feminista que propagandeava os benefícios de uma educação conjunta (VALDIVINO, 1940, p. 13).

Os adeptos da Ação Católica desenvolveram a ideia da impossibilidade de meninos e meninas terem a mesma grade curricular. Deram exemplos dessa impossibilidade nas mais diversas disciplinas, como História Natural, Línguas Clássicas, Educação Física. Criticaram enormemente os exames fisiológicos feitos pelas alunas para as aulas de Educação Física e afirmaram que o curso ginasial daquele período não foi feito para moças e sim para rapazes (VALDIVINO, 1940, p. 20). O acréscimo, na Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, da disciplina de Economia Doméstica parece ser influência direta desse movimento no processo de construção da lei: “Incluir-se-á, na terceira e quarta série do curso ginasial, e em todas as séries dos cursos clássico e científico a disciplina de Economia Doméstica” (LEI, 1953, p. 11).

É interessante observar que a crítica feita pelo movimento Ação Católica Brasileira foi elaborada também segundo a crítica internacional. Havia, em outros países, movimentos religiosos contrários a essa educação, demonstrando o risco de masculinizar as meninas e feminizar os meninos. Portanto, para esse movimento radical católico, o Estado deveria criar ginásios de exclusiva frequência feminina ou masculina e não co-educativos. As meninas deveriam ser educadas para sua missão evangélica e moral, para a constituição de um lar cristão (VALDIVINO, 1940, p. 30).

Se por um lado há uma condenação ao regime co-educativo, principalmente em alguns movimentos religiosos do meio católico, no meio laico, desde muito tempo, escrevia-se positivamente a respeito desse regime. Influenciados pelas experiências co-educativas nos EUA e em diversos países europeus, os pensadores educacionais brasileiros, desde as duas últimas décadas do século XIX, vinham escrevendo e propagando as benesses desse sistema, principalmente para a educação feminina, que em grande medida no Brasil ainda ficava restrita à educação primária. Também aqui se deve salientar que provavelmente não havia consenso entre esses educadores, pois, principalmente na educação primária através da

criação dos grupos escolares, iniciada no Estado de São Paulo e posteriormente espalhada para outros estados da federação, os alunos e alunas ficavam separados em seções masculinas e femininas e não juntos em uma mesma sala de aula, como deveria proceder uma educação verdadeiramente co-educativa.

Os defensores da co-educação criticavam a moral religiosa e afirmavam que esse tipo de educação desenvolvia nos meninos e meninas a boa moral para convivência em sociedade. Era salutar e importante a influência feminina na formação masculina e vice-versa. Para os meninos, o contato com o sexo oposto seria benéfico para a formação de sujeitos mais educados, nobres e esforçados; para elas, o contato com os meninos diminuiria o pudor relacionado ao medo do masculino e abriria novas possibilidades de aprendizagem.

Por isso, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, entre tantos pontos importantes sobre como deveria ser o verdadeiro desenvolvimento da educação no Brasil, era favorável ao regime co-educativo. Para os pioneiros da educação, esse regime deveria se estabelecer em todas as instituições educacionais, pois essa forma de educação tornaria mais econômica a organização do sistema educacional brasileiro (O MANIFESTO, 2006, p. 235). Não era mais a visão simplista de uma educação mista, em que crianças de sexos diferentes estudavam em classes separadas, dentro de uma mesma instituição. Era uma nova visão: a de que moças e rapazes tivessem as mesmas oportunidades, os mesmos conteúdos, as mesmas experiências educacionais em uma mesma classe de aula.

Uma visão que não poderia ser excludente, pela qual as mulheres teriam o direito de obter conhecimentos próprios do mundo público, ou seja, acerca da política, das esferas produtivas, do trabalho e da ciência, normalmente transmitidos apenas aos homens. (ALMEIDA, 2006, p. 01).

Analisando os documentos da instituição e jornais do período, constata-se que as alunas do Ginásio Barão de Antonina, apesar de terem na maioria das disciplinas a mesma grade curricular dos alunos e as mesmas oportunidades de promoção, eram colocadas à margem do processo. Aparentemente eram educadas com o mesmo fim da educação feminina católica: para serem boas esposas e mães. A propaganda feita no jornal *O Trabalho*, de 1936 e 1937, para a matrícula e todas as matérias a respeito da criação e inauguração do Ginásio eram voltadas para os interessados homens, uma vez que a escrita se referia somente ao sexo masculino. Também todas as notícias sobre o Ginásio, nos anos posteriores, eram apresentadas no masculino. Se alguém lesse apenas as matérias do jornal, não saberia da possibilidade de matrícula feminina, portanto o sexo feminino ficava escondido no processo,

embora dele fizesse parte. O espaço físico-pedagógico, a grade curricular, os professores e funcionários, os exames, as promoções, as disciplinas, tudo revelava a masculinidade. O ensino secundário naquele período era pensado para homens. As adolescentes entram nesse espaço físico-pedagógico que delimita, afirma o que pode e não pode, através de símbolos, regras e modelos masculinos. Elas aprendem e, portanto, interiorizam essa lógica masculina, assim como os adolescentes “e todas essas lições são atravessadas pelas diferenças, elas confirmam e também produzem diferença” (LOURO, 1997, p. 61).

1.1 A NORMALIZAÇÃO DO ENSINO SECUNDÁRIO

Na legislação de 1931, que organizava o ensino secundário em nível federal, conhecida como Reforma Francisco Campos, o ensino secundário feminino e o co-educativo não apareceram em nenhum artigo, mas não eram proibidos. Por essa lei, a organização do ensino secundário ficava assim dividida: Curso Fundamental, de cinco anos; e Curso Complementar, de dois anos. Nos dois anos do Curso Complementar, poder-se-ia optar por Curso Jurídico, Curso de Medicina, Farmácia e Odontologia e Curso de Engenharia (BICUDO, 1942).

Cita-se a legislação escolar de 1931 para o ensino médio secundário em nível federal, pois naquele período a fiscalização e controle das instituições de ensino médio no Brasil ficavam sob responsabilidade do Ministério de Educação e Saúde, não sendo responsabilidade dos governos municipais e estaduais; a fiscalização dessas instituições dava-se através do trabalho dos inspetores escolares federais.

O objetivo de analisar esse aspecto da lei é salientar a falta de legislação sobre o ensino feminino e co-educativo. A ausência de controle legal sobre esse tipo de ensino e a presença deste nas instituições secundaristas daquele período levaram o Governo Federal, na reforma do ensino secundário de 1942, a tratar efetivamente dessa parcela da população escolar.

Essa modalidade de ensino, através da lei, era pensada e organizada para o gênero masculino. Mesmo sem nenhum artigo específico na legislação de 1931, a Associação Mafrense de Ensino, em 1937, permitiu a matrícula de mulheres em seu Ginásio.

Aparentemente a legislação do ensino secundário federal não coibia a co-educação no ensino secundário e nem a educação exclusiva de mulheres para esse ensino. Provavelmente outras instituições de ensino de outros Estados da federação permitiam a educação feminina no ensino secundário. Embora o número de matrículas femininas para o Ginásio Barão de Antonina, nos primeiros anos, fosse bem menor que as matrículas femininas, a Associação Mafrense de Ensino, respaldada pelas famílias de seus discentes, permitiu o ensino secundário para as alunas na mesma classe dos alunos, pois o número de matrículas femininas era menor do que o das masculinas, impossibilitando, por conta de aspectos financeiros, turmas exclusivas de alunas.

Naquele momento, como a legislação nacional não dava conta, em seus artigos, da realidade feminina no ensino secundário, era mais barato para a Associação¹¹ formar turmas co-educativas. Portanto, apenas na reforma federal do ensino secundário de 1942, a educação feminina e co-educativa foi normalizada, com artigos e parágrafos sobre o ensino feminino. Nesse ponto, a Reforma Francisco Campos não considerava essa realidade escolar feminina no ensino secundário.

Segue tabela abaixo com as matrículas femininas e masculinas no Ginásio Barão de Antonina, entre os anos de 1937 e 1941, demonstrando o número inferior de alunas no Ginásio (Tabela 1).

¹¹ Era mais barato para a Associação, pois, quanto maior o número de turmas com um número reduzido de alunos, menos dinheiro de mensalidades entrando e mais gastos com os salários de professores e funcionários.

Tabela 1 - Quadro Geral de matrículas Masculinas (M) e Femininas (F) do Ginásio Barão de Antonina (1937-1941)

Ano	1937		1938		1939		1940		1941	
Série	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
1ª série	53	07	29	08	35	13	52	14	57	27
2ª série	—	—	41	06	34	07	17	08	38	10
3ª série	—	—	—	—	36	06	34	10	19	08
4ª série	—	—	—	—	—	—	29	08	24	08
5ª série	—	—	—	—	—	—	—	—	22	07
Total	53	07	70	14	105	26	132	40	160	60
Total Geral	60		84		131		172		220	

Fonte: Acervo do Museu Escolar do Ginásio Barão de Antonina¹²

Em 1942, uma nova reforma do ensino secundário foi posta em ação em nível federal. A Lei Orgânica do Ensino Secundário, conhecida como Reforma Gustavo Capanema, dividia o ensino em Primeiro Ciclo Ginasial, de quatro anos; e Segundo Ciclo Colegial, de três anos. No Segundo Ciclo Colegial, poder-se-ia optar por Curso Clássico ou Curso Científico.

Desta forma, a Lei Orgânica do Ensino Secundário, de 9 de abril de 1942, reorganizou a estrutura moderna do ensino secundário brasileiro estabelecida pela Reforma Francisco Campos. Nessa reforma, chefiada pelo ministro Gustavo Capanema, houve certa revalorização do ensino humanístico e ênfase nos conteúdos nacionalistas – condicionada pela atmosfera do Estado Novo – mas o ensino secundário não alterou substancialmente os seus propósitos e a sua estrutura. (DALLABRIDA; CARMINATI, 2007, p. 23).

A educação do gênero feminino, no ensino secundário, que na reforma anterior inexistia, ganhou diferenciação e foi regulamentada pela nova lei, a qual veio ordenar e oficializar essa prática educativa. O artigo 25 da lei tem a seguinte redação:

Art. 25. Serão observadas, no ensino secundário feminino, as seguintes prescrições especiais:

¹² As informações para compor essa tabela de matrículas foram retiradas das fichas de matrículas de cada turma, presentes nos Relatórios da Inspeção Federal dos anos de 1937 a 1941. O Museu Escolar do Ginásio Barão de Antonina possui as cópias desses relatórios.

1. É recomendável que a educação secundária das mulheres se faça em estabelecimentos de ensino de exclusiva frequência feminina.
2. Nos estabelecimentos de ensino secundário freqüentados por homens e mulheres, será a educação destas ministradas em classes exclusivamente femininas. Este preceito só deixará de vigorar por motivo relevante, e dada especial autorização do Ministério da Educação.
3. Incluir-se-á, na terceira e quarta série do curso ginasial, e em todas as séries dos cursos clássico e científico a disciplina de economia doméstica.
4. A orientação metodológica dos programas terá em mira a natureza da personalidade feminina e bem assim a missão da mulher dentro do lar. (LEI, 1953, p. 11-12).

A recomendação do artigo 25, para as instituições de ensino secundário, era que as mulheres estudassem numa instituição de frequência exclusivamente feminina e, se assim não fosse possível, deveriam estudar em classes compostas só de mulheres nas instituições que permitiam a frequência dos dois gêneros. O funcionamento de ginásios que permitiam a co-educação, ou seja, a educação de homens e mulheres na mesma classe deveria para tal buscar autorização no Ministério da Educação. Nesse sentido, o ideário católico, principalmente pregado, como visto anteriormente, pela Ação Católica Brasileira para o ensino, na questão de gênero, saiu fortalecido nas discussões educacionais daquele período, influenciando o governo para a colocação de regras claras e disciplinares na redação da lei, pois não admitia a educação secundária feminina no mesmo espaço físico que a masculina. Ao mesmo tempo, a lei não proibia a educação feminina e nem a co-educativa; em certo sentido parte do ideário escolanovista para a co-educação foi também atendido.

A lei como tal era rígida em relação à educação de mulheres no ensino secundário. A criação da disciplina de Economia Doméstica só para mulheres nos dois anos finais do primeiro ciclo e nos três anos do segundo tinha como objetivo específico a finalidade da educação para as mulheres no ensino secundário. Essa disciplina diluía todo o conteúdo que as alunas deveriam aprender para administrar o lar; todos os cuidados que deveriam possuir para a criação dos filhos; todo comportamento e atitudes que deveriam possuir no lar e nas atividades sociais; bem como o respeito e o cuidado para com seus futuros maridos. Portanto, não havia, na lei de 1942 e na disciplina de Economia Doméstica, perspectiva de uma preparação feminina para cursos universitários como havia para os homens. Nesse sentido, a redação da lei reproduz o ideário católico da formação de mulheres para o lar.

No estudo dos documentos do Ginásio Barão de Antonina, não foi encontrada nenhuma documentação ou anotação que desse conta de uma autorização da Diretoria do Ensino Secundário ou mesmo de um pedido da Associação Mafrense para o funcionamento no Ginásio de aulas co-educativas, como previa o segundo parágrafo do artigo vinte e cinco

da Lei de 1942. O Ginásio, pelo número de matrículas femininas inferiores às masculinas, continuava a formar turmas de aulas compostas de moças e rapazes. Essa desobediência ao parágrafo da lei provavelmente deveu-se, como já dito anteriormente, ao alto custo financeiro para a Associação arcar com salas de aulas com poucos alunos ou alunas. Mesmo constatando que, a partir de 1942 (Tabela 2), o Ginásio, na primeira e, com menos frequência, na segunda série, passou a formar pelo menos uma turma exclusivamente feminina, como pedia a lei em 1942, a maioria das turmas até 1952 (Tabela 3) ainda eram mistas, pois o número mínimo para a formação de uma turma só de alunas era inferior ao permitido financeiramente pela Associação.

Tabela 2 – Quadro Geral de matrículas Masculinas (M) e Femininas (F) do Ginásio Barão de Antonina (1942-1947)

Ano	1942		1943		1944		1945		1946		1947	
Série	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
1ª série	47	28	68	31	55	35	70	23	78	37	63	27
2ª série	43	26	22	19	55	23	44	22	61	16	57	31
3ª série	31	08	32	21	22	18	48	16	37	19	53	13
4ª série	18	06	17	03	23	19	20	15	39	14	32	22
5ª série	19	07										
Total	158	75	139	74	155	95	182	76	215	86	205	93
Total Geral	233		213		250		258		301		298	

Fonte: Acervo do Museu Escolar do Ginásio Barão de Antonina¹³

¹³ As informações para compor essa tabela e a tabela número três de matrículas foram retiradas das fichas de matrículas de cada turma, presentes nos Relatórios da Inspeção Federal dos anos de 1942 a 1952. O Museu Escolar do Ginásio Barão de Antonina possui as cópias desses relatórios.

Tabela 3 – Quadro Geral de matrículas Masculinas (M) e Femininas (F) do Ginásio Barão de Antonina (1948-1952)

Ano	1948		1949		1950		1951		1952	
Série	M	F	M	F	M	F	M	F	M	F
1ª série	55	28	54	21	68	27	57	37	50	30
2ª série	47	21	43	22	47	23	61	22	45	25
3ª série	45	19	40	17	39	13	35	17	35	15
4ª série	41	11	37	15	27	11	29	10	21	07
Total	188	79	174	75	181	74	182	86	151	77
Total Geral	267		249		255		268		228	

Fonte: Acervo do Museu Escolar do Ginásio Barão de Antonina

Essa dificuldade encontrada pelo Ginásio na formação de turmas exclusivamente femininas deve também ter sido encontrada por outros ginásios em nível nacional, pois o artigo número cinco da Lei de 1942 foi modificado pelo decreto-lei nº 8.347, de 10 de dezembro de 1945, já pós Estado Novo. Na nova redação do artigo cinco, houve modificações no primeiro, segundo e terceiro parágrafos. No primeiro, substitui-se a palavra ‘preferível’ por ‘recomendado’; no segundo, a redação ficou menos rígida, deixando de existir a obrigação de pedir licença ao Ministério da Educação para compor classes de aulas co-educativas, mas ficou o pedido de que, se fosse possível, fossem formadas classes de frequência exclusivamente feminina.

Portanto, quando o número de matrículas femininas, principalmente nas primeiras e segundas séries, permitia turmas de aulas exclusivas de mulheres, o Ginásio Barão de Antonina separava e formava classes de um gênero apenas. Essa realidade não durava muito, pois, pela reprovação, dificuldade financeira da família, desistência e transferência do ginásio, algumas turmas já na segunda série passavam a formar turmas mistas.

No terceiro parágrafo da Lei de 1942, a obrigação da inclusão da disciplina de Economia Doméstica ficava agora restrita à terceira e quarta séries do Primeiro Ciclo Ginásial. Provavelmente o número diminuto de matrícula feminina no Segundo Ciclo Colegial fez essa disciplina ficar fora da grade curricular. No entanto, a finalidade da educação feminina continuava a mesma nessa nova redação, ou seja, a função da educação de

mulheres no ensino secundário era a formação da personalidade feminina para sua missão no lar (LEI, 1953, p.11).

Analizando o número de matrículas do Ginásio Barão de Antonina, nos anos de 1937 até 1952, através dos quadros de matrículas citados acima, constata-se que 44% eram compostas de alunas e 56%, de alunos. Esses dados revelam a maior procura masculina pelo ensino secundário e a maior presença deles nessa modalidade de ensino. Dentro de uma legislação e de uma sociedade que priorizava a educação masculina, esses dados estavam em normalidade com o período, pois o número de alunos concluintes desse ensino era bem maior do que o das alunas. Tendo em vista esse fato, a legislação para o ensino secundário de 1942 ainda era voltada e tinha por finalidade a formação masculina.

Essa formação masculina, oferecida pela instituição de ensino e seus funcionários, tinha como objetivo o desenvolvimento de uma educação voltada aos filhos das classes dirigentes da região. O aluno deveria ser formado para assumir os postos de destaque na sociedade, valorizar e amar sua Pátria, enaltecer com seus estudos o sentimento de brasilidade. Assim afirma o artigo 23 da lei de 1942:

Art. 23. Deverão ser desenvolvidos nos adolescentes os elementos essenciais da moralidade: o espírito de disciplina, a dedicação aos ideais e a consciência da responsabilidade. Os responsáveis pela educação moral e cívica da adolescência terão ainda em mira que é finalidade do ensino secundário formar as individualidades condutoras, pelo que força é desenvolver nos alunos a capacidade de iniciativa e de decisão e todos os atributos fortes da vontade. (LEI, 1953, p. 11).

1.2 AS DISCIPLINAS ESCOLARES EM COMUM

O currículo do Ginásio Barão de Antonina seguia as diretrizes curriculares nacionais, previstas na Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942. O currículo, nessa lei, é figura central, possui um lugar de destaque, pois “é o espaço onde se concentram e se desdobram as lutas em torno dos diferentes significados sobre o social e sobre o político” (SILVA, 1999, p. 10). Nesse sentido, o currículo passa a expressar um projeto de formação específico, que segue as intenções e práticas de um determinado grupo social, no caso do ensino secundário, a elite dominante. As disciplinas desse currículo são pensadas como um conjunto conciso de todas as informações e conhecimentos, escolhidos por esse grupo, para a educação dos alunos.

Estabelece as disciplinas comuns e as genericadas para uma educação masculina e feminina de formação humanística e conservadora da cultura e do conhecimento (SILVA, 1999, p. 13).

Analisando as disciplinas escolares do Ginásio, através dos relatórios, constata-se que todas elas estavam nos programas mínimos desenvolvidos pelo Ministério de Educação e Saúde. Embora a legislação permitisse a criação, pela instituição de ensino, de uma nova disciplina, o Ginásio no período estudado, nunca criou uma, seguindo apenas as recomendações legais. Pela lei, o ensino ginásial abrangia as seguintes disciplinas por série: Português, Latim, Francês, Matemática, Desenho e Canto Orfeônico nas quatro séries; História Geral, Geografia Geral e Trabalhos Manuais na primeira e segunda séries; Inglês nas três últimas séries; Ciências Naturais, História do Brasil e Geografia do Brasil na terceira e quarta séries. Havia ainda a disciplina de Educação Física para todas as séries e a disciplina de Economia Doméstica, apenas para as mulheres, na terceira e quarta séries.

Segue abaixo a tabela com as disciplinas divididas por série e contendo o número de aulas de cada uma (Tabela 4).

Tabela 4 – Quadro Geral das disciplinas escolares do Ginásio Barão de Antonina nas quatro séries e a quantidade de aulas de cada disciplina em cada série por semana do ano de 1944

Séries/Números de Aulas	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série
DISCIPLINAS				
Português	04	03	03	03
Latim	03	03	04	04
Francês	03	03	03	03
Inglês	-	03	03	03
História Geral	02	02	-	-
Geografia Geral	02	02	-	-
História do Brasil	-	-	02	02
Geografia do Brasil	-	-	02	02
Ciências Naturais	-	-	03	03
Matemática	03	03	03	03
Desenho	02	02	01	01
Canto Orfeônico	02	02	01	01
Educação Física	01	01	01	01
Trabalhos Manuais	03	02	-	-
Economia Doméstica	-	-	01	01
Total de Aulas por Semana	25	26	27	27

Fonte: Acervo do Museu Escolar do Ginásio Barão de Antonina¹⁴

No estudo dos documentos do Ginásio e nas notícias dos jornais, não foi encontrada nenhuma citação ou menção a qualquer organização de cunho religioso que funcionasse na

¹⁴ As informações para compor essa tabela das disciplinas escolares do Ginásio e a quantidade de aulas de cada uma delas nas quatro séries foram retiradas do Relatório da Inspeção Federal do ano de 1944. O Museu Escolar do Ginásio Barão de Antonina possui a cópia desse relatório.

escola. Como era comum no período e na maioria dos ginásios catarinenses nas décadas de 1940 e 1950, não havia dentro do Ginásio ou organizado pelo mesmo devoções a santos, procissões, organizações de movimentos religiosos, missas e outras atividades relacionadas a alguma religião. As organizações criadas na escola tinham como função a educação laica dos alunos, como as festas escolares, as apresentações culturais feitas pelos alunos e alunas no Salão Nobre e nos desfiles cívicos. Guardavam-se os dias santos que eram feriados nacionais, oficializados pelo Governo Federal.

Os saberes republicanos dominavam o currículo do Ginásio, já que a Associação mantenedora do mesmo era laica. Entre esses saberes, destacam-se aqueles que tinham por finalidade a educação moral e cívica dos jovens estudantes. Esses conteúdos não estavam fixos em uma determinada matéria, mas deveriam aparecer dentro de todas as disciplinas escolares do Ginásio. Independentemente da disciplina, os professores deveriam trabalhar esses conteúdos com seus alunos e alunas para formação de sujeitos dóceis e comprometidos com a nação brasileira e suas necessidades.

Somente a partir de 1952, no último ano do recorte temporal proposto, já como escola pública, a disciplina de Religião aparece como optativa na grade curricular, pois o conteúdo dessa disciplina, naquela época, estava vinculado aos saberes católicos, portanto os alunos e alunas de outra religião poderiam assistir ou não essa aula. Possivelmente um dos motivos para essa disciplina não aparecer no currículo do Ginásio durante a administração da Associação está no fato de a maioria dos escolares serem luteranos ou católicos no âmbito familiar, realidade comprovada nas fichas de matrículas e no fato de que na inauguração da Associação mantenedora e na própria inauguração do Ginásio não ter sido feita, como era de costume na época, nenhuma celebração católica ou luterana¹⁵.

Essa posição de laicidade impressa pela Associação destaca-se no meio de uma maioria de ginásios de confissão católica em Santa Catarina naquele período. Com exceção do Ginásio Lagunense, Ginásio José Brasilício, Ginásio Bom Jesus e Ginásio Barão de Antonia, os outros cinco eram de confissão católica e não praticavam o regime de co-educação (DALLABRIDA, 2006, p. 129).

No estudo das línguas, havia as disciplinas de Português, Francês, Latim e Inglês, totalizando juntas, nas quatro séries, o número de 48 aulas semanais. A disciplina de Português, na primeira série, era dividida em quatro aulas e, nas demais séries, em três aulas semanais. Na primeira série, era utilizado o livro didático “O Nosso Idioma”, de Paulo de

¹⁵ Essas informações foram extraídas do Relatório da Inspeção Federal do ano de 1937. Nesse relatório constam todas as atividades realizadas na aula inaugural do Ginásio (GINÁSIO BARÃO DE ANTONINA, 1937, p. 02).

Freitas; na segunda, o livro didático “Comp. Da Língua Portuguesa”, de Artur A. Torres; nas terceira e quarta séries, “Língua Portuguesa”, de Aníbal Bruno. A disciplina de Português, em comparação com as outras disciplinas do Ginásio, era uma das que mais possuíam aulas somando as quatro séries. O conteúdo da disciplina dividia-se em gramática e literatura, dando mais ênfase à primeira. O estudo ia desde a arte literária e composições, ritmo e entonação, figuras de estilo, análise literária e lógica, até o estudo de gênero e literatura brasileira e geral. Esse aumento das aulas de Português no currículo e a diminuição das outras línguas devem-se ao fato da valorização da língua nacional no período do Estado Novo. Essa elite dirigente que queria se formar deveria ser uma elite patriota, formada por cidadãos educados a valorizar sua língua-mãe.

Os exercícios de Língua Portuguesa iam desde a leitura em voz alta e silenciosa até a resolução de exercícios descritivos, redações das mais variadas, ditado, construção de poesias. Muitos desses trabalhos que ganhavam destaque nas avaliações dos professores eram expostos no corredor do Ginásio, na exposição que acontecia no final de cada ano. A disciplina tinha lugar de destaque no currículo e seus conteúdos eram cobrados nos exames de admissão e nas provas finais escritas e orais para a conclusão do ensino secundário na quarta série. O bom conhecimento do conteúdo de Língua Portuguesa era indispensável tanto para a entrada no ginásio, quanto para a conclusão do mesmo. Ainda sobre o conteúdo e exercícios da disciplina de Português:

O professor Cancel era uma sumidade, mas não sei por que a gente aproveitava pouco. Ele era fantástico, muito competente, também tinha sido padre. Depois se casou e teve quatorze filhos. Eu sempre tive um pouco de dificuldade na análise sintática, embora ele explicasse muito bem o sujeito, predicado, objeto direto e indireto, complemento nominal, verbal, adverbial. Literatura eu não lembro de ter tido no ginásio. Ele passava para nós alguns autores, fazia escrever alguma poesia, coisas desse tipo, mas copiando. Literatura eu me lembro só na Escola Normal (BORTOLO, 2009, p. 06)¹⁶.

As disciplinas de Francês e Latim estavam divididas nas quatro séries. Enquanto a primeira existia em cada série com carga horária de três aulas semanais, a segunda aparecia na primeira e segunda séries com carga horária de três aulas semanais e na terceira e quarta séries com quatro aulas semanais. O livro didático de Francês, utilizado na primeira e segunda séries, era “Initiation a Mon Premier Livre de Français”, de George Raedrs; e na terceira e

¹⁶ BORTOLO, Anidir Cordeiro. Entrevista concedida a Marcos Roberto Martins. Mafra, 27 jan. de 2009. Professora aposentada da disciplina de Português, formada, depois da aposentadoria do magistério, em Direito, atua nesta profissão atualmente. Foi aluna do Ginásio entre os anos de 1946 a 1949.

quarta séries, era “Nouvelle Anthologie”, de Henri de Lenteuil. O livro de Inglês utilizado nas três últimas séries era “The Best in English Classics”, de Elias Yazigi. Na disciplina de Latim, utilizava-se, em todas as séries, “Língua Latina”, de Vilhena M. E. Fonseca. Nessa disciplina ainda eram utilizados as obras clássicas gregas, como a de Milcíades. Nas três disciplinas; o conteúdo era dividido em gramática e pronúncia.

Nesse currículo havia um aumento da disciplina de Latim e uma diminuição da disciplina de Francês na grade semanal das aulas. Em grau menor vinha a disciplina de Inglês. A língua francesa, mesmo com a valorização do Português e do Latim, ainda era “considerada o modelo europeu estético mais refinado a ser usado pelas elites brasileiras” (DALLABRIDA, 2001, p. 95). Possuía um caráter de distinção que, em Santa Catarina, conferia um “status social” àquele grupo letrado. O Latim, considerado língua-mãe do Francês e Português, era ensinado no sentido de auxiliar o estudo dessas línguas, bem como o de formação geral, incentivando o estudo da cultura greco-romana antiga.

No estudo do eixo de Ciências, havia as disciplinas de Matemática, Ciências Naturais, História Geral, História do Brasil, Geografia Geral e Geografia do Brasil, totalizando, juntas, nas quatro séries, o número de 34 aulas semanais. A disciplina de Matemática era lecionada em todas as séries com a carga horária de três aulas semanais. Era utilizada a “Coleção de Matemática”, composta de quatro livros, um para cada, série de Jacomo Stavele. Era a maior carga horária das disciplinas do eixo de Ciências, cujo conteúdo versava sobre álgebra, aritmética, geometria, trigonometria, e era diluído por tópicos, através dos livros didáticos, nos quatro anos.

A disciplina de Ciências Naturais, cujo livro didático era “Ciências Naturais”, de Pecegueiro Amaral, possuía três aulas semanais somente na terceira e quarta séries. A divisão de conteúdos era feita a partir da divisão dos capítulos dos livros. Havia uma sala chamada “Ciências Naturais”, onde havia amplo material para a disciplina de Ciências Naturais, Química e Física. O material de laboratório das duas últimas disciplinas, apesar de elas não fazerem mais parte do currículo para o primeiro ciclo do ginásio, era utilizado pelo professor da disciplina de Ciências. As aulas e avaliações teóricas eram feitas na sala de aula de cada série e os trabalhos e avaliações práticas eram feitos na sala de “Ciências Naturais”.

A disciplina de História Geral era dada na primeira e segunda séries, com carga horária de duas aulas semanais, e a de História do Brasil, na terceira e quarta séries, com a mesma carga horária. Os livros didáticos de ambas as disciplinas, além de terem o mesmo nome da matéria, eram do mesmo autor, Joaquim Silva. Os conteúdos programados, para todas as séries, seguiam com poucas modificações a sequência de capítulos dos livros

didáticos utilizados e que eram aprovados pela Diretoria do Ensino Secundário. Os conteúdos possuíam uma abordagem tradicional e humanística, valorizando a cultura europeia. Mesmo em se tratando de conteúdo de história do Brasil este estava vinculado aos acontecimentos da história europeia. Os conteúdos versavam sobre grandes personalidades históricas, políticas e da economia. Era uma história factual e cronológica.

Tanto História Universal como História do Brasil eram construídas a partir de uma mesma abordagem historiográfica que privilegia fatos políticos e indivíduos da elite, visibilizados por seus atos administrativos, e olhava a história ‘universal’ e ‘brasileira’ a partir da Europa, silenciando sobre os povos ameríndios e especialmente a sua dominação pela conquista europeia. (DALLABRIDA, 2001, p. 108).

A disciplina de Geografia Geral era dada na primeira e segunda séries, com carga horária de duas aulas semanais, e a de Geografia do Brasil, na terceira e quarta séries, com a mesma carga horária. Os livros didáticos dessas disciplinas, além de terem o mesmo nome da matéria, eram do mesmo autor, Haroldo Azevedo. O amplo material da disciplina era guardado na Biblioteca Escolar do Ginásio e composto de globo terrestre e celeste, dezenas de mapas diversos, amostras dos principais produtos nacionais da flora e do minério.

A disciplina Geografia estudava os traços físicos e humanos dos países e dos povos em geral, particularmente da Europa e dos Estados Unidos. Desta forma, constata-se dicotomia entre os estudos geográficos físicos e humanos, entre o meio físico e o ser humano, indicando excessiva fragmentação disciplinar. (DALLABRIDA, 2001, p. 104).

No estudo das Artes, havia as disciplinas de Trabalhos Manuais, Desenho e Canto Orfeônico, totalizando juntas, nas quatro séries, o número de 19 aulas semanais. A disciplina de Trabalhos Manuais possuía três aulas na primeira série e duas na segunda; a de Desenho, duas aulas semanais na primeira e segunda séries e uma na terceira e quarta séries; já a de Canto Orfeônico possuía duas aulas na primeira e segunda séries e uma aula apenas na terceira e quarta séries. O livro didático da disciplina de canto Orfeônico era “Noções de Música e Canto Orfeônico”, de Samuel Teitel. O livro utilizado para a disciplina de Desenho era do Professor Sperandio. Já a disciplina de Trabalhos Manuais não possuía livro didático específico e fixo, pois os professores possuíam uma série de revistas e livros de trabalhos em madeira e tricô para prepararem seu programa nas duas séries iniciais.

Na disciplina de Canto Orfeônico, os educandos aprendiam noções gerais de música, estudo de notas e partituras, estudo de músicas do folclore popular e principalmente músicas de teor cívico e patriótico. Através dessa matéria, os alunos e alunas do educandário teriam uma formação de consciência patriótica de amor à nação. Os trabalhos realizados nessa disciplina, na maioria das vezes, eram apresentados nas festividades e desfiles cívicos e possuíam, a partir de 1942, ampla ligação com as atividades da agremiação estudantil “Academia Anchieta”, que tinha por finalidade o desenvolvimento, nos alunos e alunas, do gosto pelos trabalhos literários e musicais. Ainda sobre o funcionamento dessa disciplina:

Ah! Canto Orfeônico a gente amava, podia extravasar, porque a gente vivia tensa durante as aulas. Saíamos da sala e íamos para o salão nobre. Era o pastor da igreja luterana, só não lembro o nome dele. Depois ele saiu porque foi transferido e quem ficou no lugar dele foi o professor Francisco. Cantávamos principalmente hinos. Nós tínhamos um livreto que começava com o hino Nacional, aliás, era tão difícil que até hoje a gente canta errado. Hino à Bandeira, da Independência, da Proclamação da República, Luar do Sertão, hino do Cisne Branco. Ele não fugia daquele livreto (BORTOLO, 2009, p. 2).

Os livros didáticos utilizados nas disciplinas escolares do Ginásio Barão de Antonina, como quaisquer livros didáticos do ensino secundário nacional daquele período, deveriam obedecer às orientações do Departamento de Educação do Governo Federal. A utilização desses livros na instituição estava sob a fiscalização do inspetor escolar federal, que dava seu aval para a compra. Os livros deveriam conter o programa mínimo de conteúdos e exercícios estabelecidos pelo Departamento; desse modo, os professores da instituição tinham um guia pronto sobre os conteúdos de cada série para cada disciplina escolar.

Durante os anos do período estudado, os professores poderiam mudar de autores e, nesse sentido, os livros didáticos foram mudando ao longo dos anos, mas deveriam obedecer às orientações federais. Pelas entrevistas com os ex-alunos, pôde-se constatar que os professores das disciplinas escolares do Ginásio ficavam na maioria das vezes presos aos conteúdos ali estabelecidos e em grande medida os discentes deveriam decorar, através dos exercícios, exames e provas, o conteúdo explicado pelo professor através do livro didático. Sobre isso, a ex-aluna Anidir Bortolo comenta:

Sempre e em primeiro lugar a decoreba, esse negócio de rezar os textos, um grande erro, uma estratégia que hoje não se usa. Então a gente estudava em casa, decorava para o dia seguinte ou a próxima aula. Era chamada pelo número, ia para frente e recitava ou dizia o ponto para toda turma, para ser avaliada. Isso oralmente, verbalmente. Na escrita sempre dissertação, não tinha a prova objetiva como hoje, era sempre dissertação. *A gente tinha que ter uma memória homérica, tinha que*

decorar tudo. Eu não tinha tanta facilidade para decoreba, eu gostava mais de entender a coisa e depois falar com as minhas palavras, pois não eram as vezes que os professores preferiam até que a gente rezasse com as palavras do livro [grifos meus](BORTOLO, 2009, p. 03).

A composição dos professores das disciplinas do Ginásio deveria obedecer às regras estabelecidas pela Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942. Na instituição, o inspetor federal fiscalizava, através das certificações, a formação dos professores, validando ou não a docência. No recorte temporal proposto, a Associação Mafrense de Ensino, como entidade dirigente do Ginásio, tinha a responsabilidade de contratação dos professores para as diversas disciplinas.

Um dado que não apareceu nos documentos do Ginásio, mas sim nas entrevistas, era a dificuldade em encontrar professores para lecionar. Muitas vezes um professor lecionava duas ou mais disciplinas, porém o que mais se destacava era a atitude da Associação nessas contratações. Como entidade laica, a maioria dos professores contratados eram ex-padres ou ex-seminaristas da Igreja Católica, pastor da Igreja Luterana ou seguidor de outra igreja cristã. Aparentemente, essa diversidade religiosa da docência não era tão harmoniosa e não passou despercebida pelos alunos daquela instituição:

Um professor lecionava duas, três disciplinas. Acho que era a carência, falta de professores viu. Mas com relação ao Latim, tínhamos o professor Vicente, era padre e aí tirou a batina, Conrado era padre também, professor Francisco era padre, tudo padre que depois casava (BORTOLO, 2009, p. 5).

Na sala dos professores ocorriam grandes batalhas ideológicas entre os professores, embora eu não soubesse. O professor Leopoldo Vicente era ex-seminarista católico e ardoroso defensor de seu credo. Outro professor, Conrado Diedam, que ensinava Inglês e Francês, era de nacionalidade alemã e ex-padre. Professava a religião batista e com frequência mantinha acaloradas discussões com o professor Vicente. Também o pastor Artur Maelzel era luterano e ensinava música e Canto Orfeônico. Naqueles tempos, há mais de meio século e no interior, as diferenças eram acirradas e a religião católica predominava (SICHMANN, 2007, p. 9)

Todos os saberes escolares no Ginásio eram ensinados, trabalhados e avaliados para a formação de um grupo elitizado. Não eram endereçados às classes populares, mas aos filhos e filhas das famílias dirigentes da região de Mafra e vizinhanças. Esses saberes compunham uma parte do currículo do Ginásio Barão de Antonina, formando um rol de disciplinas comuns aos dois gêneros, mas ao mesmo tempo diferenciadas. Mesmo estando na mesma sala de aula, com atenção às explicações dos professores, realizando as mesmas tarefas e avaliações, alunos e alunas estavam submetidos a uma instituição que não deveria perder de

vista a finalidade educativa desigual, imposta a partir da lei aos dois gêneros. Nesse sentido, o Ginásio, através das disciplinas escolares em comum, dava acesso a um conteúdo propedêutico e humanístico às alunas e alunos. Porém, através de engrenagens sutis e num processo menos explícito e evidente, na mesma sala de aula, educava as alunas para uma finalidade específica e diferenciada da dos alunos.

1.3 AS DISCIPLINAS ESCOLARES GENERIFICADAS

No currículo do Ginásio Barão de Antonina, três eram as disciplinas divididas por gênero: Trabalhos Manuais, Economia Doméstica e Educação Física. Se nas outras disciplinas da grade curricular os saberes repassados para ambos os sexos eram iguais e cobrados da mesma forma nas atividades e avaliações do cotidiano escolar, as três disciplinas acima possuíam atividades e avaliações diferenciadas para os alunos e alunas. Nesse sentido, essas três disciplinas ganhavam destaque: seus conteúdos eram selecionados, organizados, transmitidos, avaliados e distintos em gênero. Esse processo de seleção e organização dos conteúdos tinham como foco uma educação diferenciada e como mira o desejo de uma educação para o lar para as alunas e uma educação para as futuras profissões para os alunos.

Essas três disciplinas deveriam possibilitar aos educandos conhecimentos práticos e concretos para sua formação escolar, relacionado-a ao papel social esperado de cada um. Possuíam atividades, exercícios e avaliações práticas e teóricas, mas não possuíam caráter de aprovação ou reprovação no resultado final de cada ano escolar. Estavam presentes como matérias cobradas nas provas parciais e finais por serem importantes na formação diferenciada de ambos os sexos.

A disciplina de Trabalhos Manuais, na lei de 1942, era dividida na grade curricular do primeiro e segundo anos do primeiro ciclo do ensino secundário. Na primeira série, eram três aulas e, na segunda, apenas duas. Essa matéria deveria seguir o programa de conteúdos estabelecido na lei. Na primeira e segunda séries, estudo de madeira, couro, argila e chapas de metal, com organização desses materiais e utensílios visando a seu aproveitamento, pincéis, tintas e vernizes. Estudava-se sobre a tecnologia dos materiais e a melhor maneira de confeccionar objetos simples. Nessas duas séries, a base do conhecimento dos Trabalhos

Manuais era o exercício de realização, anterior à fabricação da peça. Exercício de projetar, desenhar e executar a peça, “evidenciando sua finalidade sob os pontos de vista utilitário, econômico e higiênico” (LEI, 1953, p. 234).

A divisão dos conteúdos acima expostos revelava apenas a realidade masculina na escola. Os alunos iam para a oficina de marcenaria, as alunas não. Os conteúdos, objetivos e finalidades da disciplina de Trabalhos Manuais, do programa oficial, davam conta apenas da educação masculina. As alunas ficavam na sala de aula aprendendo os vários tipos de trabalhos com agulhas e boas maneiras (Figura 1).



Figura 1 – Exposição dos Trabalhos Manuais femininos - 1952

Fonte: Acervo do Museu Escolar do Ginásio Barão de Antonina

O Ginásio Barão de Antonina ressignificou o conteúdo da disciplina para o objetivo da educação feminina, já que o programa oficial não se atinha a essa realidade educacional. Os conteúdos ministrados nessa disciplina, tanto para as alunas como para os alunos, eram retirados de revistas e livros diversos, exemplificando uma infinidade de trabalhos e

atividades. Eram classificados e organizados segundo as necessidades de aprendizagem de cada gênero.

O lugar de cada um nos trabalhos manuais demonstrava o tipo de educação empregada: para os alunos, trabalhos que exercitavam a força física, criatividade, planejamento e empreendedorismo; para as alunas, trabalhos que estimulavam a delicadeza, a suavidade, o recato, com vistas à vida doméstica. O Ginásio produzia as diferenças, as desigualdades entre os gêneros, “naturalizava” as diferenças entre os alunos e alunas, normalizava a postura e aquilo que seria “normal” para meninos e meninas, tentava normalizar até as suas aspirações futuras. Provavelmente os sujeitos escolares se envolviam nessa aprendizagem, aceitando, questionando ou assumindo completamente a representação do papel de cada um nesse processo. Sobre isso, Louro escreve:

Evidentemente, os sujeitos não são passivos receptores de imposições externas. Ativamente eles se envolvem e são envolvidos nessas aprendizagens – reagem, respondem, recusam ou assumem inteiramente. (LOURO, 1997, p. 61).

A disciplina de Economia Doméstica, criada pelo Governo Federal na década de 1940, com a Reforma Capanema, e aplicada no Ginásio Barão de Antonina, tinha como objetivo claro preparar as moças para sua futura função: esposa e mãe. A mulher era responsável pela harmonia e desenvolvimento de uma família, responsabilidade essa inerente à vida feminina.

Ainda que se destine a empreendimentos culturais dos mais elevados, a mulher deverá atuar em casa como esposa e mãe, e, em qualquer caso, haverá de participar da direção da família e dos serviços sociais relacionados com a vida doméstica. A finalidade desta disciplina é despertar o interesse e orientar, durante o curso do ginásial, a reflexão das moças, que o freqüente, para tais problemas, por intermédio de explicações e exercícios práticos sistemáticos. (LEI, 1953, p. 336).

O programa da disciplina estava dividido em dois anos, com uma aula semanal. Na terceira série ginásial, os conteúdos versavam sobre os seguintes tópicos: Introdução da Disciplina – importância da disciplina e da ação feminina na organização familiar; Arrumação e Limpeza da Casa – organização, arranjo e higiene da casa; Organização, Cuidado e Utilização das Roupas – roupas de vestuário e até roupas de cama e mesa, melhor maneira de lavar e passar essas roupas; Organização, Cuidado e Utilização dos Alimentos – a importância dos alimentos na nutrição, entendimento da subnutrição e suas consequências no

organismo, origem vegetal e animal dos alimentos, seu uso, preparo e conservação (LEI, 1953, p. 321).

Nos exercícios práticos dessa série, a professora deveria realizar demonstrações através de exercícios e atividades com as alunas dos conteúdos abordados. Esses exercícios deveriam estar diluídos em dois tipos de trabalhos: o de agulha e os relativos à alimentação. Nos trabalhos de agulha, as alunas deveriam aprender os vários tipos de pontos diferentes no conserto das roupas pessoais e de cama e mesa. Deveriam também aprender a confeccionar peças de vários tipos de bordados. Nos trabalhos relativos aos conteúdos sobre a alimentação, as alunas deveriam aprender a preparar vários tipos de pratos através do estudo de verduras, frutas e legumes e de carnes e pescados, bem como o preparo de vários tipos de sobremesas (LEI, 1953, p. 321).

Na quarta série ginásial, os conteúdos versavam sobre os seguintes tópicos: Contabilidade do Lar – orçamento das despesas mensais e divisão dessas despesas para entendimento dos gastos e equilíbrio financeiro, relações com os familiares, empregados e visitas sociais; Informação de Puericultura – os vários estágios de desenvolvimento da criança e seus cuidados, alimentação, higiene e horários de alimentação e sono, cuidados nas doenças e auxílio médico e desenvolvimento motor e da linguagem; Informação de Serviço Social – noções de socorro e enfermagem, a mulher e seu lugar nos serviços sociais e sua participação nas atividades sociais.

A professora há de procurar estabelecer a melhor conexão, entre as lições e exercícios práticos das aulas e as realidades do ambiente familiar de cada aluna. Por essa forma, prolongará os conhecimentos e técnicas que faça aprender na escola e lhes dará valor funcional. O que se ensine e se pratique, em economia doméstica, há de ter ainda correlação com o programa de outras disciplinas, tais como trabalhos manuais, o desenho, as ciências naturais e a matemática. (LEI, 1953, p. 337).

Nos exercícios práticos da quarta série, a professora deveria motivar as alunas para o preparo de projetos de auxílio a crianças carentes ou a instituições de cuidados com as crianças carentes; preparo e fabricação de enxovais para mulheres grávidas carentes; organização de alimentação para creches ou instituições infantis carentes; e organização de chás para visitas sociais (LEI, 1953, p. 322-323).

As moças do Ginásio Barão de Antonina, através da disciplina Economia Doméstica, que era apenas dirigida a elas, tinham uma formação teórica e prática para as atividades do lar e para as atividades sociais da comunidade. Buscava-se com isso uma formação diferenciada dos alunos, sendo o lugar preferencial da mulher o lar e sua administração harmoniosa.

Enquanto seus futuros pretendentes eram formados para atividades de liderança nas esferas públicas e privadas, elas eram formadas para administração desses futuros lares. “Mesmo aquela que trabalhe fora do lar tem a este propósito papel indeclinável, não só pelas relações de respeito e afeto, que saiba inspirar, como também pelos deveres que dessa posição naturalmente decorrem” (LEI, 1953, p. 336).

A disciplina de Educação Física deveria seguir cuidadosamente todas as instruções dadas pela circular nº 01, do Departamento de Educação Física do Estado de Santa Catarina, de 1941. As aulas de Educação Física no Ginásio eram feitas uma vez por semana, preferencialmente no primeiro horário, e as alunas faziam a disciplina separadas dos alunos. O primeiro horário matutino era das sete às oito horas da manhã e o vespertino das cinco às seis da tarde. Uma vez por semana eram oferecidas, para esportivização dos rapazes, aulas extras de basquete e vôlei (Figura 2).



Figura 2 – Jogo de basquete masculino - 1949

Fonte: Acervo do Museu Escolar do Ginásio Barão de Antonina

Essas instruções para os professores da disciplina de Educação Física detalhavam todos os objetivos, funções e exercícios da disciplina. Havia também instruções para que o professor auxiliasse os médicos na higiene sanitária do educandário e dos alunos e seus familiares. Outra função do professor dessa disciplina era a organização, ensaio e apresentação dos desfiles cívicos, principalmente na semana da Independência do Brasil.

Faziam-se dois exames biométricos, um no início do ano letivo e outro no mês de agosto, e todos os dados levantados pelos exames, através de fichas individuais, eram despachados para o Departamento de Educação Física em Florianópolis (Figura 3). Dentro dos exames biométricos, havia o exame físico, feito por médicos competentes da cidade ou cidades vizinhas no início da primeira série e deveriam seguir as regras do documento. No ato do exame, o médico deveria obedecer à descrição com a idade e o sexo: para meninos e rapazes, os exames deveriam ser feitos em completa nudez; para as meninas e moças, com camisetas e calção de ginástica (INSTRUÇÕES, 1941, p. 13):

Me lembro, o exame biométrico era feito com a professora Inês. Era alemã e casada com o Budica. Então era feito duas vezes por ano, ao iniciar as aulas de março e depois em junho, julho ou agosto, não me lembro mais, mas acho que agosto. Então a gente ficava de sutiãzinho, calcinha fazendo combinação. Por que aquele tempo se usava combinação e tirava o uniforme para se pesar e fazer, não sei, como é que dizem do pulmão. E o professor examinava os homens, os meninos (BORTOLO, 2009, p. 9).

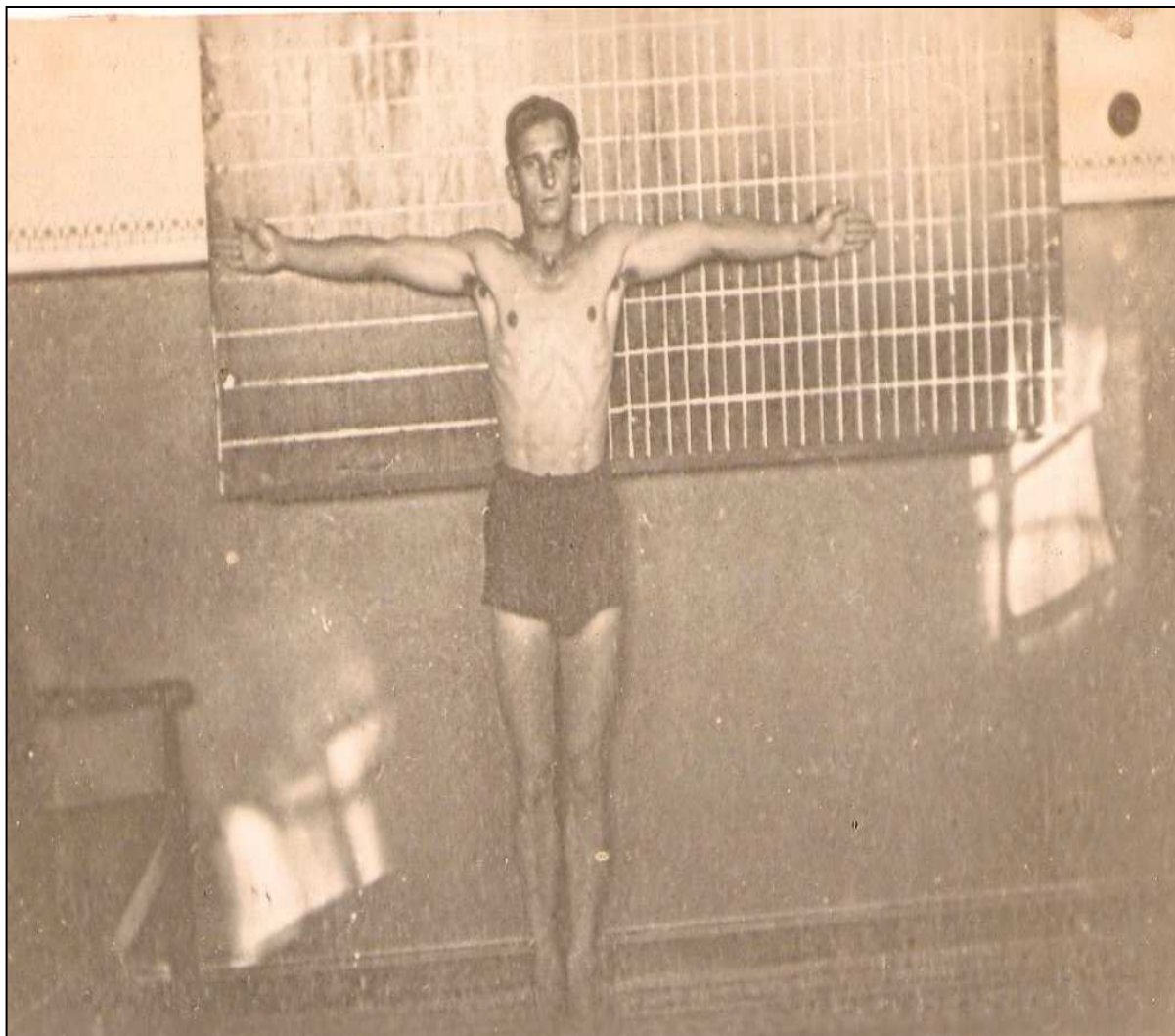


Figura 3 – Exame Biométrico da disciplina de Educação Física - 1949

Fonte: Acervo do Museu Escolar do Ginásio Barão de Antonina

As aulas de Educação Física no Ginásio Barão de Antonina eram divididas em seção feminina, com uma professora; e seção masculina, com um professor. O Ginásio possuía um Gabinete Médico-Biométrico e um médico assistente que auxiliava os professores da disciplina (Figura 4). Feitos os exames, os discentes eram divididos em turmas conforme o desenvolvimento morfofisiológico. Portanto, as aulas dessa disciplina não seguiam as divisões por série.



Figura 4 – Exame Biométrico da disciplina de Educação Física - 1949

Fonte: Acervo do Museu Escolar do Ginásio Barão de Antonina

O espaço físico para as aulas era extenso, possuindo um campo de futebol, basquete e voleibol e amplo espaço para atividades de atletismo e ginástica (Figura 5). Nos relatórios, constavam: informações a respeito das faltas dos alunos e alunas que, pela quantidade,

ficavam proibidos de fazerem a prova final; acidentes nas aulas; e os nomes dos discentes doentes (GINÁSIO BARÃO DE ANTONINA, 1951).



Figura 5 – Material para as aulas de atletismo e ginástica da disciplina de Educação Física - 1949

Fonte: Acervo do Museu do Ginásio Barão de Antonina

Nos exercícios físicos e jogos desenvolvidos, as alunas faziam menos exercícios e repetições do que os alunos. O futebol era proibido para as meninas; para elas eram permitidos os exercícios individuais, brincadeiras de roda, jogos como “dama”, jogos coletivos como voleibol (Figura 6) e também algumas provas de atletismo:

A gente fazia aquela fase preparatória e já entrava naquela fase em grandes jogos. Futebol era para homem, mulher jamais. Então era assim, eu gostava muito de voleibol, só que a gente estava sempre com os dedos luxados, mas eu gostava muito. Fazíamos também às vezes competições de corrida, corrida de velocidade, corrida de bastão (BORTOLO, 2009, p. 9).



Figura 6 – Time de voleibol feminino - 1945

Fonte: Acervo do Museu Escolar do Ginásio Barão de Antonina.

Enquanto os rapazes eram exercitados para a competição e seu desenvolvimento físico nos moldes das atividades físicas militares, as moças eram exercitadas apenas para melhorias gerais da sua saúde física:

A Educação Física era dada pelo próprio diretor, vestido com uma calça branca, uma camisa branca de manga curta, e um apito. O apito era importante porque tudo era comandado pelo apito. Primeiro, o Diretor “recitava” o texto do exercício e fazia a demonstração, nas primeiras vezes. Depois, para executá-lo, o comando era através do apito. Eu tinha dificuldade em subir nas cordas. Elas eram muito grossas, e a minha mão muito pequena. Conseguia subir até quase no topo, e ficava por isso mesmo. Todavia, eu era bom corredor e executor de exercícios no solo. No salto em distância na caixa de areia eu ganhei uma das melhores colocações do ginásio, para alunos da minha idade (SICHMANN, 2007, p. 4)

Para as moças, “era preciso evitar jogos que supunham o contato físico ou uma certa dose de agressividade, uma vez que estes vertiam contra o ideal de feminilidade, ligado à fragilidade, à passividade e à graça” (GARCIA, 2006, p. 25). Em relação aos rapazes, “constata-se, através de uma ‘partida de futebol’, o intuito da instituição em constituir uma sociedade de homens cada vez mais competitivos, agressivos, de iniciativa, eficientes, vitoriosos e preparados para o trabalho conjunto” (GARCIA, 2006, p. 26).

Como demonstrado ao longo do capítulo, o currículo do Ginásio Barão de Antonina, no decorrer dos anos do período proposto, ressignificou o currículo oficial do Ministério de Educação e Saúde. Obedecia à grade curricular, à distribuição de aulas na semana e à distribuição dos conteúdos, porém, através de engrenagens sutis nas disciplinas escolares em comum e ações explícitas nas disciplinas escolares generificadas, apresentava claramente a divisão de gêneros e o objetivo da educação para cada um deles.

A prática do ensino de co-educação no Ginásio, através do currículo e sua organização, era uma prática utilitarista. Nesse sentido, a co-educação era utilizada para adequação do número de matrículas em cada série e não como a organização de um currículo verdadeiramente co-educativo, como pensavam alguns educadores brasileiros daquele período. O currículo no Ginásio tinha como função a formação diferenciada para ambos os sexos, relacionada à proposta católica, mesmo sendo uma instituição de ensino laica.

CAPÍTULO 2

CONSTRUINDO HABILIDADES DIFERENCIADAS NAS PRÁTICAS ESCOLARES

O ensino secundário empregado no Ginásio Barão de Antonina, através do curso ginasial, possuía um conjunto de práticas escolares que visava, em particular, transmitir os conhecimentos e incorporar comportamentos (JULIA, 2001, p. 10). Esses conhecimentos e comportamentos deveriam seguir as finalidades desse ensino, previstas na Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942. A lei estabelecia, em seu artigo Iº, as seguintes finalidades:

1. Formar, em prosseguimento da obra educativa do ensino primário, a personalidade integral dos adolescentes.
2. Acentuar e elevar, na formação espiritual dos adolescentes, a consciência patriótica e a consciência humanística.
3. Dar preparação intelectual geral que possa servir de base a estudos mais elevados da formação especial (LEI, 1953, p. 11).

Segundo Romanelli (1996), as normas, as práticas e as finalidades do ensino secundário, através da Lei Orgânica do Ensino Secundário, tornavam mais intensa a tradição de um ensino de caráter humanístico, preparatório para o ensino superior, classista¹⁷ e limitador de uma co-educação. Para ela, o único objetivo novo das finalidades do ensino secundário, presentes na lei, era seu caráter fascista, vinculado a uma ideologia política patriótica e nacionalista, presente no período histórico brasileiro em que a lei estava inserida, o período do Estado Novo (1937-1945). No Ginásio Barão de Antonina, tanto as disciplinas como as práticas escolares estavam vinculadas a esse ideário patriótico. O uniforme masculino era parecido com o uniforme militar; os desfiles cívicos eram organizados como grandes festividades nacionalistas; a saudação à bandeira acontecia todos os sábados; os

¹⁷ Neste ponto, Romanelli problematiza o caráter de uma educação de classe. Através de dados estatísticos ela demonstra, em sua análise, que outros grupos sociais e não apenas a elite dirigente do Brasil buscavam o ensino secundário para seus filhos e filhas, e isso com o passar dos anos minaria o sistema que tinha por finalidade a formação das elites dirigentes do país. Dando espaço para formação escolar secundária a outros grupos sociais e não apenas à elite dirigente (ROMANELLI, 1996, p. 158-159).

discursos dos professores e os hinos patrióticos eram aprendidos na disciplina de Canto Orfeônico. Portanto, os conhecimentos e comportamentos patrióticos ensinados no Ginásio duraram ainda muitos anos, mesmo depois de 1945. O próprio Hino do Ginásio era patriótico e revelador dos ideais de nação e pátria gestados naquele período e também expressava o quanto os membros da Associação Mafrense de Ensino se autofirmavam como guardiões do saber e, portanto, destacados no cenário político e social de Mafra e região. Nessa direção, afirma o Hino do Ginásio, criado em 1950¹⁸:

Um pugilo de heróis, devotado
À cruzada real da instrução
Erigiu este templo sagrado,
Para a honra da nossa nação.
Concitando ao trabalho, à virtude,
Pela senda ideal do dever,
Permitiu à feliz juventude
Penetrar nos umbrais do saber.

Salve, Colégio “Barão de Antonina”
A difundir idéias sempre sãs,
A tua sombra cultural se afina
O anseio destas cidades irmãs.

O teu nome há de ser proclamado
Como forte, invencível, audaz
E serás como símbolo amado
De labor, de vitória e de paz
Dar-te-emos com toda firmeza
Nosso puro vigor varonil,
Pela tua incessante grandeza,
Pela glória do nosso Brasil
(RELATÓRIO, 1998, p. 04)

Entendido também como prática escolar, o Hino do Ginásio, tanto na primeira estrofe quanto na segunda, deixa claro seu discurso masculinista. Eram os homens, comparados a heróis, membros fundadores da Associação, exemplos que lideravam e assumiam a finalidade da instrução da juventude. Juventude masculina que, através da formação no Ginásio, assumiria no futuro também a liderança de seus mestres. Dessa forma, através dessa prática escolar, o ensino secundário no Ginásio Barão de Antonina reafirmava sua função de formação masculina, limitando a co-educação ali empregada.

¹⁸ A partir de 1950, com o início do Segundo Ciclo Colegial de três anos com o Curso Científico, todos os documentos do ginásio passam a ter o cabeçalho com a nomenclatura “Colégio Barão de Antonina”. Essa nova fase do ensino secundário na instituição durou pouco tempo. Já em 1952, quando o Estado de Santa Catarina assume esse educandário, determina o encerramento do Curso Científico e a continuação do Ciclo Ginasial. A Associação Mafrense de Ensino lutou para a continuação do Curso Científico, mas, alegando impedimento financeiro, o Estado de Santa Catarina assumiu apenas a responsabilidade pelo Ciclo Ginasial e a Escola Normal que também, naquele período, funcionava no prédio do Ginásio (RELATÓRIO, 1998, p. 07-08).

As finalidades do ensino secundário estabelecidas na Lei de 1942 eram introduzidas no Ginásio Barão de Antonina de maneira que suas práticas escolares de exercícios, avaliações e resultados produzissem discentes patrióticos, com assimilação de conhecimentos que serviriam para completar seus estudos e educação moral a fim de se adequarem às necessidades sociais e políticas vigentes naquele período.

Numa instituição que aceitava a matrícula de rapazes e moças, a educação destas deveria ser pautada por práticas escolares objetivadas na formação de mulheres capazes de atender seus futuros maridos e filhos. Portanto, as práticas escolares aqui analisadas levam também em consideração não apenas as habilidades escolares geradoras de conhecimento, mas também as habilidades escolares geradoras de papéis sociais distintos para ambos os sexos. Habilidades que perpassam os sujeitos escolares na construção de capacidades, capacidade de realização de exercícios, provas e também capacidade de compreender, através do currículo institucional, o lugar de cada um no Ginásio e na sociedade.

2.1 ESPAÇO E TEMPO ESCOLAR

A criação da Associação Mafrense de Ensino, desde seu início em 1936, estava atrelada à criação do Ginásio Barão de Antonina. Através do Ginásio, a Associação dava sentido ao seu objetivo primeiro de criar e manter qualquer curso de ensino (ESTATUTO, 1936). Como citado anteriormente na Introdução, em menos de um ano, a Associação construiu o prédio central do Ginásio e outros ao redor. As instalações do educandário, tanto nos cinco primeiros anos de funcionamento, quanto nos anos de 1942 a 1952, eram vistas com destaque na região e estavam vinculadas às reformas urbanas do centro do município de Mafra.

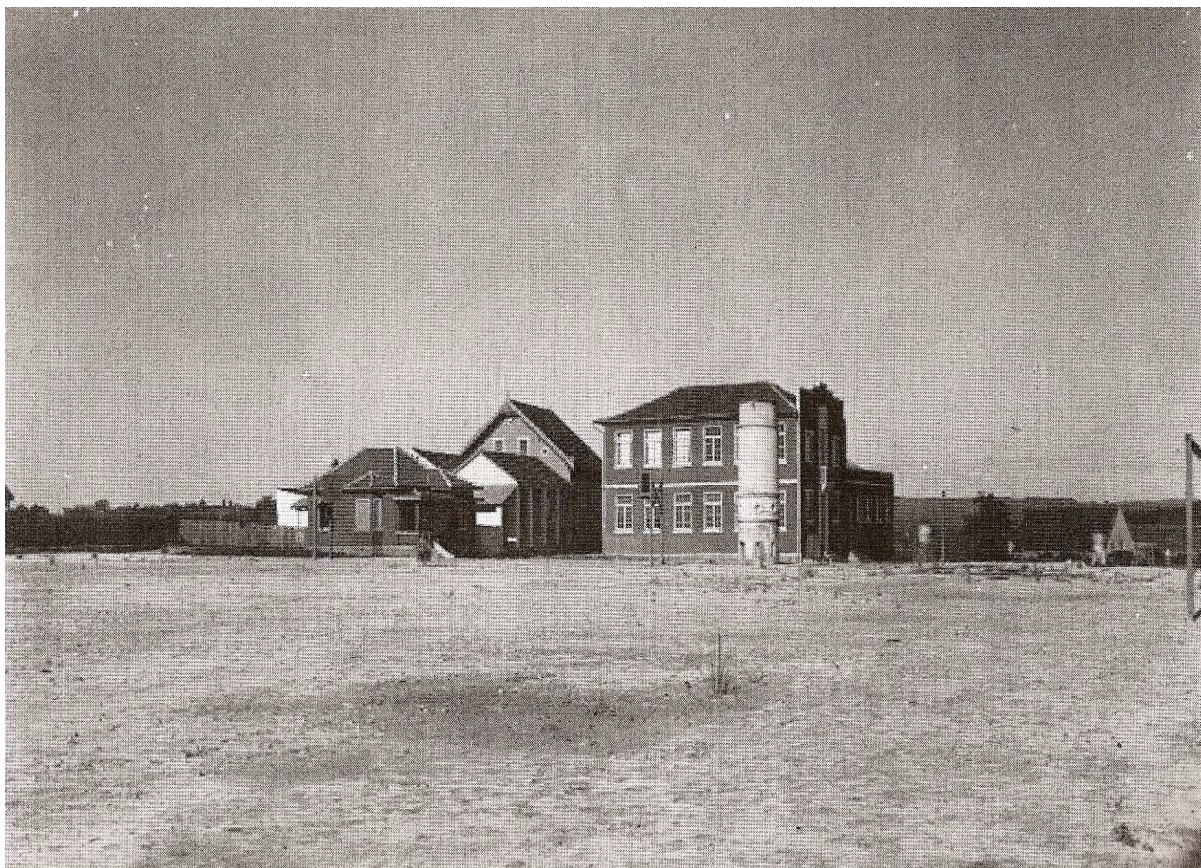


Figura 7 – Prédio e terreno do Ginásio Barão de Antonina - 1939

Fonte: Acervo do Museu Escolar do Ginásio Barão de Antonina.

O Ginásio ficava a 800 metros da prefeitura e dos principais prédios públicos e privados. O terreno situava-se no topo de um morro, com área de 15.189,00 m² (Figura 7). O espaço escolar, que servia para as atividades de ensino, com ótima ventilação, iluminação e numa rua silenciosa transversal às duas ruas principais do centro, também servia como um lugar de destaque urbano e social. Assim sendo,

Na arquitetura escolar encontram-se inscritas, portanto, dimensões simbólicas e pedagógicas. O espaço escolar passa a exercer uma ação educativa dentro e fora dos seus contornos. Ele exige determinadas pautas de comportamento e influência na percepção e representação que as pessoas fazem dele, as quais se vinculam, por sua vez, tanto à percepção da disposição material quanto de sua dimensão simbólica (SOUZA, 1998, p. 123-124).

De maio de 1936 a fevereiro de 1937, quando iniciou as atividades de ensino, a Associação tinha construído o edifício principal especialmente para o Ginásio. Todo feito em alvenaria, tinha a forma de “L”, sendo de dois pavimentos no seu ramo principal e, no plano

horizontal do “L”, de um só pavimento para o Salão Nobre (Figura 8). Possuía seis salas de aula, uma sala de laboratório, uma secretaria e um gabinete para o diretor. O Salão Nobre possuía um palco servido de três camarins e duas antessalas e um porão revestido. As salas de aula e do laboratório possuíam em média 42,00 m² e o Salão Nobre, 112,00 m².



Figura 8 – Prédio do Ginásio Barão de Antonina, vista do Salão Nobre - 1952

Fonte: Acervo do Museu Escolar do Ginásio Barão de Antonina.

Além do prédio do Ginásio, o terreno possuía mais quatro construções: a casa do diretor, em alvenaria, com um pavimento; o edifício do internato, com dois pavimentos em alvenaria; e as casas de madeira, uma para moradia do servente e a outra menor e ao lado do campo de Educação Física para o docente da disciplina guardar os materiais das aulas e realizar os exames biométricos. Até o ano de 1947, o Ginásio Barão de Antonina funcionou com os regimes de internato para rapazes e externato para ambos os sexos. A partir dessa data, o internato deixou de existir e o prédio que servia a ele foi remodelado para atender a duas salas de aula, uma sala de História Natural, cozinha, sala dos professores e Biblioteca Escolar.

Com exceção do espaço das aulas de Educação Física, Trabalhos Manuais e dos pátios para o recreio, nos outros lugares do Ginásio era permitido, a presença de alunos e alunas. Sendo um Ginásio co-educativo, nos espaços em comum a ambos os sexos o controle da disciplina e recato era exercido pelos funcionários da instituição. Conforme regulamento interno do Ginásio, era uma transgressão disciplinar “permanecer, quando fora de aula, nos lugares destinados as representantes da secção que não a sua” (REGULAMENTO, 1945, p. 02). A pena para esse ato poderia ser de três dias de suspensão. E o próprio regulamento estabelecia que as penas de suspensão fossem exercidas apenas pelo diretor da instituição. Dessa forma, o regimento interno, através de controle e punição, delimitava os espaços que eram exclusivos para os alunos, os exclusivos das alunas e outros que, através da supervisão de um funcionário, poderiam ser mistos. Portanto,

A escola delimita espaços. Servindo-se de símbolos e códigos, ela afirma o que cada um pode (ou não pode) fazer, ela separa e institui. Informa o “lugar” dos pequenos e dos grandes, dos meninos e das meninas (LOURO, 1997, p. 58).

Nas salas, nas aulas em comum, dependendo do número de alunos e alunas, a separação dos gêneros se dava por lados contrários: ou as alunas na frente se o número fosse menor, ou os alunos nos fundos, se o número fosse menor. Independentemente do arranjo, os gêneros eram separados, não só na sala, mas também nas filas e nos pátios de recreio, no momento de entrada e na saída. Notadamente, o Ginásio imprimia, nos seus espaços, apenas a presença co-educativa e não sua forma e diretriz. Ainda na sala de aula, a figura do professor se destacava diante dos estudantes. Em frente ao quadro-negro, ficava o estrado de madeira e, em cima desse, a mesa e cadeira do professor. Durante a aula, o professor exercia seu controle vigiando os alunos e alunas; sentado ou circulando pelas carteiras, fiscalizava o andamento da aula, das atividades ou avaliações. Quando o professor ou outra pessoa adulta entrava na sala, os alunos deveriam se levantar educadamente e se sentar quando permitido. Esse gesto era um sinal de respeito e punido caso qualquer aluno ou aluna não o realizasse ou o fizesse com barulho. Portanto, nesse sistema de ensino, o professor era visto como autoridade e depositário do saber, a fonte que os alunos deveriam buscar e com a qual se assemelhar.



Figura 9 – Prédio do Internato do Ginásio Barão de Antonina, anterior à demolição no final da década de 1960 – 1959

Fonte: Acervo do Museu Escolar do Ginásio Barão de Antonina.

O prédio do internato ficava localizado a alguns metros dos fundos do Ginásio (Figura 9). Servia para os alunos que vinham das cidades vizinhas a Mafra e não podiam, pela distância, retornar todos os dias para suas casas. Pagavam pela estada uma parcela extra da mensalidade normal que os alunos externos pagavam. Ficavam durante a semana e muitas vezes no final de semana, sob a tutela da Associação Mafrense de Ensino. Possuíam um horário próprio. No período da manhã, estudavam com os externos no Ginásio e no período da tarde estudavam, cuidavam de seus pertences ou participavam de atividades físicas com o professor de Educação Física. Só podiam sair com autorização do funcionário encarregado; nos finais de semana, ficavam livres para passear nos centros de Mafra e Rio Negro, podiam ir aos cinemas das duas cidades, visitar parentes e amigos.

Pelo regulamento interno, deveriam se portar com respeito e garbo, pois mesmo fora da instituição continuavam pertencentes ao Ginásio Barão de Antonina. No final da tarde, deveriam retornar; se chegassem ao anoitecer, eram punidos com advertência e até mesmo suspensão das atividades do Ginásio, ficando de castigo no prédio do internato. A visita de mulheres era proibida e nem mesmo as alunas, colegas de classe, poderiam entrar ou ficar nos arredores do internato.

O internato, que era administrado por um funcionário da Associação e não pelo diretor do ginásio, tinha como objetivo maior dar facilidades de acesso, alimentação e moradia aos alunos que vinham de cidades distantes e não como uma estrutura fechada, articulada e organizada para continuação das atividades morais e de ensino feitas no Ginásio. É claro que era organizado, possuía horários de silêncio e estudo, regras de moral e civilidade, porém, não podia ser comparado aos internatos dos ginásios católicos, como o Santo Antônio, de Blumenau, o Catarinense e o Coração de Jesus, de Florianópolis¹⁹. Nesses, o internato possuía um grande número de alunos e havia um rígido controle disciplinar e religioso (DALLABRIDA; CARMINATI, 2007).

Um fator importante no disciplinamento dos alunos e alunas do Ginásio Barão de Antonina era o silêncio, que aparece constantemente nos mais variados artigos do regulamento interno, passível de advertência e suspensão. Cito alguns:

- manter a máxima ordem nos corredores, sendo condenado o tom elevado de voz, assuadas, correrias e discussões.
- provocar, conscientemente, não estando em recreio, por palavras, gestos ou atitudes, a hilaridade dos colegas.
- erguer-se com ruído propositado e excessivo a entrada ou saída do professor ou qualquer pessoa.
- formar grupo ou produzir algazarra as portas e nas imediações do estabelecimento.
- ultrapassar nos recreios ou nas proximidades do ginásio, os limites da boa educação, assobiando, gritando, vaiando, jogando pedras, danificando o edifício e o material, bem como as roupas e os livros próprios ou dos colegas (REGULAMENTO, 1945, p. 02-03).

¹⁹ O livro “O Tempo dos Ginásios”, organizado pelos professores Norberto Dallabrida e Celso João Carminati, apresenta uma série de textos sobre o ensino secundário catarinense no final do século XIX e meados do século XX, feitos por diversos pesquisadores catarinenses. Nesta citação eu me refiro aos textos de Rogéria Rebello Diegoli, a qual faz um estudo sobre o Colégio Santo Antônio de Blumenau (SC) entre os anos de 1935-1945; ao texto de Norberto Dallabrida, que faz um estudo do Ginásio Catarinense de Florianópolis na primeira metade do século XX e ao texto de Letícia Cortellazzi Garcia sobre o Ginásio Coração de Jesus, também de Florianópolis, nos anos de 1935 a 1945. Esses textos, entre outras análises, discutem os por menores da organização, funcionamento e disciplinamento dos discentes em seus regimes de internato (DALLABRIDA; CARMINATI, 2007)

Destacadamente o silêncio, no espaço e tempo escolar, aparece como medida educadora tanto no regimento, como nos documentos e anotações das indisciplinas e nos relatos dos ex-alunos entrevistados. Era entendido pelo Ginásio como regra básica para o processo de ensino, mas também para formação moral e social dos educandos.

O espaço escolar determina, pois, modos de usos do corpo dentro e fora da escola. Submete o corpo a um conjunto de representações consubstanciadas nos padrões de “bom comportamento”, dos “bons costumes”, incluindo-se até mesmo a forma de referir-se a ele e a tudo que lhe diz respeito (SOUZA, 1998, p. 144)

Esse comportamento evidencia uma preocupação em formar uma clientela que, em grande parte, morava em fazendas e lugarejos. Como já citado anteriormente, Mafra e as cidades vizinhas possuíam um certo destaque econômico, mas naquele período estavam muito longe de rivalizar com os grandes centros, pois começavam o processo de urbanização de seus centros. Era ainda um processo incipiente e em pequena escala, comparado aos das grandes cidades, porquanto a maioria da população ainda morava no meio rural. Por isso, o silêncio ganhava destaque na instituição e, através dele, formavam-se desde cedo rapazes e moças nas regras de educação, trato, postura e atitudes urbanas, diferentes daquelas que traziam de casa.

Havia um novo arranjo social, e o Ginásio, através de suas normas e práticas, regulava a nova postura que esses grupos deveriam ter para se destacar na região. Além disso, regulavam também o corpo, a maneira como o corpo feminino e o masculino deveriam ou não se comportar, produzindo e reproduzindo uma nova hexis corporal □ o corpo escolarizado; diferenciando o aluno da aluna em seu caráter e virtudes, fabricando as diferenças necessárias e desejadas entre os gêneros (LOURO, 1997, p. 61-62).

Sob esse aspecto, o tempo escolar no Ginásio também contribuía para o controle dos escolares. Regulamentava o período de ocupação de todos os espaços para o funcionamento perfeito das práticas escolares. Esse disciplinamento dividia o tempo escolar do tempo familiar, estabelecendo pausas e continuações. Com a Lei de 1942, as aulas começavam, em nível nacional, no dia quinze (15) de março, tinham uma pausa □ férias escolares □ na última quinzena de junho e terminavam no dia quinze (15) de dezembro. Após essa data, as férias iam até o dia quatorze (14) de março.

A partir do ano letivo de 1947, as aulas começavam no dia primeiro (01) de março, havia uma pausa no mês de julho □ período de férias □ e terminavam no dia trinta (30) de novembro, sendo que as formaturas aconteciam na primeira quinzena de dezembro e depois disso havia férias até o início do mês de março do próximo ano (LEI, 1953). Poderiam ser

realizados exames de segunda época, admissão e formaturas nas férias do final do ano letivo e início do próximo. Havia ainda os feriados nacionais civis e religiosos e, em muitos deles, os alunos tinham compromisso com o Ginásio, participando de desfiles cívicos, exposições ou homenagens.

As aulas do período matutino começavam às 8 horas e encerravam ao meio-dia e as do vespertino iam das 13 horas até as 17. A única exceção a esse horário eram as aulas de Educação Física, que no período da manhã começavam às 7 horas e no da tarde às 17 horas. As disciplinas escolares eram distribuídas de segunda a sábado, sendo quatro aulas por dia nas primeiras e segundas séries. Uma vez por semana era incluída a aula de Educação Física e, nesse dia, havia cinco aulas. Nas terceiras e quartas séries, além da aula de Educação Física, as alunas também tinham a aula de Economia Doméstica, o que as levava a possuírem cinco aulas em dois dias da semana. Entradas tardias e saídas antecipadas eram permitidas somente com a presença dos pais; caso contrário, o aluno só entraria ou sairia do Ginásio no período fixado (RELATÓRIO, 1944). Assim sendo,

O tempo escolar se expressa também como tempo disciplinar: respeitar horários e cumpri-los, cada coisa a seu tempo certo, preciso. Desta forma, a criança aprende a concepção cultural do tempo que regulamenta a vida social (SOUZA, 1998, p. 137).

Esse controle exaustivo e vigilante do tempo e do espaço escolar objetivava o disciplinamento dos gêneros no Ginásio e fora dele. Era um ritmo de aprendizagem constante que, do início ao fim das aulas, dos dias, semanas e meses, produzia sujeitos escolares conforme as finalidades do ensino secundário previstas na instituição, completamente diferentes da relação que os alunos e alunas tinham com o espaço e tempo familiar.

O olhar sobre todos e a cada um dos alunos procurava ver todas as suas atitudes em todos os espaços do colégio, como as salas de aulas e os pátios, bem como fora dele, nos diversos lugares da cidade. Mesmo que não houvesse o olho de um professor ou inspetor, os alunos deveriam viver sempre com a expectativa da vigilância permanente, comportando-se como se houvesse um olhar invisível, feito um anjo da guarda às avessas (DALLABRIDA, 2001, p. 186).

A organização simultânea do espaço e tempo escolar, através de regras explícitas e implícitas, era interiorizada e aprendida no cotidiano do Ginásio. Em pouco tempo, os alunos e alunas passavam a reproduzir, através de seus atos, falas, gestos, olhares, o que esperavam deles. Entendiam o lugar que cada um deveria estar naquele determinado tempo através das regras, punições e elogios.

Notadamente, o espaço e o tempo escolar do Ginásio Barão de Antonina separavam e formavam alunos e alunas na diferença □ nas aulas e exercícios das disciplinas de Trabalho Manuais, Economia Doméstica e Educação Física; na utilização dos pátios para o recreio; nos desfiles cívicos e festas escolares através das filas por tamanho e gênero. Portanto, a co-educação praticada no Ginásio perdia seu verdadeiro sentido de igualdade socioeducativa. Através da divisão do espaço e do tempo escolar, controlava e impunha os limites de aprendizagem para ambos os gêneros em vista dos papéis sociais futuros esperados para mulheres e homens no meio escolar e social e nas esferas privadas e públicas.

A cultura e as regras vigentes desenvolviam determinados tipos de homens e mulheres segundo sua natureza biológica, fazendo-os intérpretes dessa natureza e a transferindo para o social. Não se considerava a maleabilidade humana, as relações de poder, as relações de gênero, nem que o meio sócio-cultural é o fator mais decisivamente determinante acerca das diferenças sexuais. Instalava-se assim uma ambigüidade de ordem moral e de fundo religioso que determinava ao sexo feminino as funções sociais relacionadas ao ato biológico da reprodução. As mulheres eram incentivadas a serem mães e para isso convergia sua educação (ALMEIDA, 2006, p. 1).

2.2 EXERCÍCIO, AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

No cotidiano do Ginásio Barão de Antonina, as práticas escolares de exercitar, examinar, averiguar, classificar os educandos durante o ano letivo tinham como função não apenas a utilização do tempo e do espaço escolar, mas visavam à produção, organização e assimilação do currículo posto. Um currículo construído com normas, práticas e finalidades deveria ser concretizado através do trabalho produtivo dos alunos e alunas do Ginásio. Portanto, essas práticas escolares regulavam o trabalho estudantil, classificando-o conforme o desenvolvimento satisfatório ou não do próprio estudante. Nessa direção, afirma Dallabrida:

No entanto, para ser diferente, a maquinaria escolar não se restringia à otimização disciplinar do espaço e à decomposição e utilização do tempo, mas investia na arte da composição das forças. As diversas peças da engrenagem disciplinar eram organizadas e articuladas para provocar o máximo de obediência e produtividade no corpo discente, evitando processos demorados e indecisos (DALLABRIDA, 2001, p. 160).

Uma prática importante para atingir as finalidades do ensino no Ginásio □ ensino de caráter humanista e preparatório para o superior, classista e patriótico □ eram os exercícios. Os exercícios eram entendidos aqui como dispositivo disciplinador, didático e formativo. Esse trabalho constante exercitava o corpo, a mente e os sentidos dos alunos e alunas num espaço e tempo escolar (DIEGOLI, 2007, p. 65).

No tempo escolar do Ginásio Barão de Antonina, os exercícios eram diários. Nas aulas comuns, nas separadas por gênero, cada disciplina realizava várias séries de atividades nas quais os alunos e alunas do Ginásio produziam e reproduziam os saberes classificados pelos professores. Na entrada e saída, no recreio, nas festividades e desfiles, os discentes deveriam, através do exercício moral e comportamental, ser educados na cordialidade e respeito mútuo. Eram exercícios escritos, orais e físicos, mas também exercícios que tinham como foco a educação dos sentidos, como o silêncio, a postura e o patriotismo.

Os exercícios escritos, em cada matéria lecionada, eram feitos todos os dias em sala de aula ou como tarefa para casa. Os alunos e alunas recebiam pontos negativos ou positivos e muitos desses exercícios obtinham um status maior e transformavam-se em trabalhos, avaliados com a mesma pontuação de uma prova, mas não com o mesmo peso. A cada mês eram lançadas notas de exercício no livro que continha a avaliação do resultado escolar de cada discente (AVALIAÇÃO, 1948, p. 01).

Os exercícios orais também eram diários. Os professores sempre sorteavam um estudante para tomar o “ponto”²⁰ da aula anterior ou a matéria recém-explicada. Nesses exercícios, o conteúdo era averiguado pelo professor, mas eles também serviam como forma de melhorar a escrita, organizar as ideias no papel e também melhorar a fala, corrigir os vícios de linguagem, a entonação e o volume. Os estudantes, nos exercícios orais, ficavam em destaque perante o professor e os colegas, portanto expunham seus gestos e posturas, que vinham de casa. Esse processo, principalmente na primeira série, na maioria das vezes era difícil para os discentes, que não estavam acostumados à frequência dos exercícios orais e nem à visibilidade que tinham na sala de aula durante essas atividades, as quais serviam como estratégias didáticas importantes para a educação do corpo, postura e fala. Portanto,

O árduo e regular trabalho escolar era obtido pela realização de exercícios constantes e variados, que incitavam o estudante a ficar “em estado de alerta permanente”, procurando sujeitar-se continuamente aos ritmos didáticos das práticas discursivas e maquínicas (DALLABRIDA, 2001, p. 161)

²⁰ O “ponto”, naquele período, significava o conteúdo dado pelo professor de uma determinada disciplina e também eram os conteúdos cobrados nas provas e exames.

Os exercícios teóricos e práticos das disciplinas de Trabalhos Manuais e Economia Doméstica seguiam os objetivos da matéria segundo a separação dos gêneros. As moças ficavam na própria sala de aula ou iam para o Salão Nobre do Ginásio, tinham sua própria professora que lhes ensinava os mais diversos tipos de “pontos” com agulhas. Esses trabalhos eram expostos no final de cada ano letivo e também serviam como exercício para confecção do próprio enxoval. Na disciplina de Trabalhos Manuais, o conteúdo era criado e reinventado pela professora que oferecia às alunas maneiras diferenciadas para execução dos exercícios. Na disciplina de Economia Doméstica, o conteúdo e os exercícios estavam descritos em detalhes na Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942. Na parte teórica, seguiam o currículo oficial, mas na parte prática a professora continuava com os mesmos exercícios de agulha da disciplina de Trabalhos Manuais da primeira e segunda séries.

Essas disciplinas, no currículo do Ginásio Barão de Antonina, não tinham por finalidade ensinar e exercitar o trabalho doméstico de cozinhar, passar e lavar, que dependia de esforço físico e era cansativo. Provavelmente, os trabalhos com agulhas desenvolvidos no Ginásio exercitavam a calma, o zelo, a paciência, a dedicação, a postura que se esperava das alunas na vida familiar, como boas esposas e mães na chefia da casa.

Nesse sentido, também o currículo da disciplina de Educação Física era pensado para elas. Não praticavam exercícios longos, cansativos e repetitivos, mas sim exercícios que possibilitassem o desenvolvimento do corpo e da mente, para que o corpo e a mente das alunas tivessem saúde e fossem femininos. O objetivo principal das aulas era a constante feminilização.

Para o gênero masculino, os exercícios teóricos e práticos da disciplina de Trabalhos Manuais seguiam conforme a estrutura e capacidade da sala de aula. Diferentemente das alunas, que não possuíam uma sala adequada para a disciplina, os rapazes possuíam uma oficina onde realizavam trabalhos em madeira, corda e couro. Eram trabalhos simples, mas que mantinham o objetivo de ocupar os corpos e as mentes dos alunos, que se dedicavam ao planejamento, confecção e finalização dos trabalhos seguindo orientação do professor da disciplina. Através desses exercícios eram educados, desde pequenos, para o papel social que se esperava na vida pública e privada. Exercitavam a concentração, analisando as etapas do processo produtivo das peças, a agilidade e o empreendedorismo na execução, um treinamento para as atividades futuras.

Um dado importante a ser citado é que os rapazes, no currículo prescrito para o ensino secundário, possuíam a disciplina de Trabalhos Manuais apenas na primeira e segunda séries. Como a disciplina de Economia Doméstica era exclusiva ao gênero feminino na terceira e quarta séries, o Ginásio Barão de Antonina prolongou a disciplina de Trabalhos Manuais, apenas para os rapazes, na terceira e quarta séries, quando as alunas tinham a disciplina de Economia Doméstica.

Como escrito no primeiro capítulo, os exercícios da disciplina de Educação Física para os rapazes eram dados nos moldes militares. Essa prática, naquele período, tinha também como objetivo a futura participação dos rapazes no serviço militar obrigatório. Sendo assim, a disciplina concorria para o bem-estar físico, treinamento para o futuro serviço militar e para a formação de corpos masculinizados.

Um traço marcante nas práticas avaliativas do Ginásio Barão de Antonina eram os exames. Constantemente, durante o ano letivo, os discentes eram avaliados com provas de admissão, parciais e finais. Não bastava se matricular no Ginásio, os (as) interessados (as) deveriam realizar uma prova de entrada, chamada exame de admissão. Esse exame poderia ser realizado no final do ano escolar, em dezembro ou no mês de fevereiro, antes do início do ano letivo. Em caso de reprovação no exame, os candidatos teriam mais uma chance □ a segunda época □ e, caso não fossem aprovados, teriam que esperar mais um ano para realizá-la e não poderiam na mesma época realizar os exames de admissão em dois os mais ginásios ao mesmo tempo (LEI, 1953, p. 14).

Os exames de admissão eram constituídos de “pontos” das seguintes disciplinas: Português, Matemática, Geografia e História do Brasil (Figura 10). Os saberes selecionados dessas disciplinas para o estudo dos que fariam o exame seguiam a mesma lógica humanística e conteudista do currículo oficial do ensino secundário nacional. Na prática, os alunos deveriam decorar os conteúdos, principalmente das disciplinas de Português, Geografia e História do Brasil, pois não havia lugar nesse tipo de exame para interpretações pessoais sobre aqueles conteúdos. Os exames eram divididos em orais e escritos e os candidatos teriam que realizá-los para uma banca composta do diretor, inspetor escolar e professores das disciplinas da prova. Apenas com a aprovação nesse exame poderiam realizar a matrícula para a primeira série ginasial.

O exame de admissão era um verdadeiro vestibular, meu Deus como era difícil. Era português, matemática, história e geografia. Tudo isso, então a gente morria de medo e não eram raras as vezes as crianças reprovavam e daí tinha que esperar seis meses para outro (BORTOLO, 2009, p. 3).



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE
GINÁSIO BARÃO DE ANTONINA
(Nome do estabelecimento)

LA FRA **Santa Catarina** N.º **267**
Cidade) (Estado)

**CERTIFICADO DE APROVAÇÃO EM EXAMES DE ADMISSÃO
A 1.ª SÉRIE GINASIAL**

Certificamos que **Alaor Gaisler de Souza**
filho de **Belodoro Maria de Souza**
e de **Clotilde Gaisler de Souza**
natural de **Mafra** nascido em **21** de **Agosto** de 19**31**
foi considerado aprovado, em exames de admissão à 1.ª Série Ginasial, nos ter-
mos da LEI ORGÂNICA DE ENSINO SECUNDÁRIO (decreto-lei n.º
4.244, de 9 de abril de 1942), tendo obtido os seguintes resultados, no mês de
março de 19**47**.

Português:	pr. escr. 5	pr. oral 6	Média 5,5
Matemática:	pr. escr. 6,5	pr. oral 9	Média 7,7
Geografia:	7	Hist. do Brasil 7	
Média geral	(6,7) seis e sete		

Mafra **10** de **março** de 19**47**
São Paulo

(Diretor) (Inspetor)

Modelo 4.244 — 1

Figura 10 – Certificado de Aprovação no exame de Admissão à primeira série ginasial de 1947 de Alaor G. de Souza - 2009

Fonte: Acervo do Museu Escolar do Ginásio Barão de Antonina

Através desse exame permitia-se a entrada ou não no Ginásio, servindo como estratégia escolar de limitação à entrada no ensino secundário; era mais um mecanismo de ascensão e prestígio para as famílias da região cujos filhos demonstravam habilidade

intelectual para tal empreendimento escolar. Não apenas a questão financeira delimitava a clientela da Ginásio; o exame de admissão também impedia a entrada daqueles que não tiveram um bom percurso escolar nos primeiros anos de educação.

Havia ainda outras práticas pedagógicas de avaliações constantes, além dos exercícios escritos e orais. No decorrer do ano letivo, os estudantes realizavam a primeira e segunda prova parcial e o exame final, que deveria ser oral e escrito e feito perante uma banca. Se não conseguissem o resultado positivo, faziam a prova de segunda (2ª) época, das matérias em que não obtiveram média de aprovação, dividida em duas partes: oral e escrita. Nas questões orais da prova final e da prova de segunda época, os professores sorteavam um determinado “ponto” e o aluno ou aluna deveriam explicá-lo para a banca. As provas parciais eram realizadas na segunda quinzena dos meses de junho e novembro e, na primeira semana de dezembro, a prova final (GINÁSIO BARÃO DE ANTONINA, 1947).

De 1942 até 1946, além de todos esses exames do ano letivo, os alunos da última série tinham que prestar os exames de licença ginasial, para obterem o certificado de conclusão do Curso Ginásial. A partir do segundo ano, com o decreto-lei nº. 9.303, de vinte e sete de maio de 1946, os exames de licença ginasial foram cancelados, o que valia após aquela data era a média final de todos os exames do ano (LEI, 1953, p. 74). Portanto, as práticas escolares do Ginásio Barão de Antonina funcionavam como mecanismo de controle, disciplinamento e formação de sujeitos escolares dóceis e produtivos. Nesse sentido,

Entre os mecanismos disciplinares que foram articulados para operacionalizar a “relação de docilidade-utilidade” dos corpos, destaca-se a distribuição dos indivíduos no espaço, o controle detalhado das atividades, a implementação regular do exercício, a composição e articulação das forças, a vigilância hierárquica, a sanção normalizadora, o exame permanente, que concorriam para a regulação e individualização dos sujeitos (DALLABRIDA, 2001, p. 150).

Outras formas de avaliação e disciplinamento utilizadas no Ginásio eram as punições e premiações dadas aos alunos e alunas no decorrer do ano letivo. Estes recebiam elogios pelos exercícios bem feitos, pelo resultado positivo das provas, pela organização dos cadernos, pela ordem nas filas, pelo silêncio nas aulas, mas também eram advertidos nas falhas dessas situações. Aparentemente, pela entrevistas dos discentes e pela falta no material de pesquisa, o Ginásio não se utilizava de “espetacularização” nos elogios aos sujeitos escolares. Não havia um livro de “Honra ao Mérito”, comum nos grupos escolares, e nem documentos que comprovassem, nas atividades do final do ano, entrega de medalhas ou papéis de destaque para os alunos e alunas. O que havia eram muitas anotações nos vários

relatórios sobre as regras infringidas pelos discentes e observações, tanto nos documentos da escola como na caderneta escolar, com a infração e a penalidade dada.

As penalidades eram claras e visualizadas nos livros de registro da secretaria escolar e nas cadernetas dos alunos, para que o educando infrator fosse reeducado e servisse de exemplo aos colegas. No regimento interno, não havia nenhuma anotação sobre a utilização de castigos físicos. Todas as anotações eram sobre a utilização de conversa, chamada de atenção, conversa com pais, suspensão, diminuição da nota. Os castigos dados pelo regulamento deveriam ser de ordem moral e não física, mas, em algumas vezes, o professor se utilizava de castigos físicos para fazer com que o aluno entendesse o desrespeito de seu ato indisciplinado. Em algumas entrevistas, aparece a utilização do castigo de “puxar a orelha” e outros para disciplinar, como lembra uma ex-aluna:

Bastava não fazer a tarefa. Eu recebi um castigo da professora Inês e não me esqueço até hoje. Ajoelhada no grão de milho, porque eu não pude fazer a tarefa do bordado e ela me deixou de joelho em cima de milho e bordando. E tinha também puxão de orelha. Ela era muito rude (BORTOLO, 2009, p. 9).

No regime de avaliação do Ginásio Barão de Antonina, os cálculos feitos para a aprovação ou reprovação dos discentes eram os seguintes: a média geral dos exercícios e a primeira prova parcial valiam peso dois e a segunda prova parcial e a prova final, peso três (Figura 11). A média para aprovação deveria ser cinco e o resultado dessa nota deveria vir na média global, que era a soma de todas as disciplinas. Poderia também ser quatro, mas o aluno era obrigado a ter no mínimo média quatro em cada disciplina separadamente (Lei, 1953, p.18). Os alunos e alunas que não conseguissem um desses resultados deveriam realizar o exame de segunda época nas disciplinas em que obtivessem o resultado menor que quatro.

ALUNO	Ciro Cordeiro										SÉRIE	3 ^a	TURMA	7	N.º	176
AVALIAÇÃO DO RESULTADO ESCOLAR																
	PORTUGUÊS	LATIM	FRANCÊS	INGLÊS	MATEMÁTICA	CIÊNCIAS NATURAIS	HIST. GERAL OU DO BRASIL	GEOG. GERAL OU DO BRASIL	TRABALHOS MANUAIS	DESENHO	CANTO ORFÊONICO	SOMAS	MÉDIAS	CLASSIFICAÇÃO		
MARÇO	6	6,5	4	5	6	8	5	5		7	8					
ABRIL	6	7	6	5	6	7	8	8		7	9					
MAIO	6	8	7	5	8	8	9	9		7	8					
AGOSTO	3	4	3	7	6	10	6	6		6	9					
SETEMBRO	6	6	7	5	7	9	6	7		6	9					
OUTUBRO	4	8,5	6	5	4,5	9	8	7,5		8	10					
SOMAS	90	39	33	32	37,5	61	42,5	42,5		41	53	X	X			
MÉDIAS (Notas anuais de exercícios)	4,8	6,5	5,5	5,3	6,3	8,5	7,1	7,1		6,8	8,8	X	X			
1.ª Prova parcial	6	7	6	8	6,5	7	9	6		4	8					
2.ª Prova parcial	8	9	6	9	9	6,5	6	6		7,5	7					
Prova final	7	7	8	8	10	7	10	8		7	9					
Notas anuais exercícios X 2	9,6	13,0	11,0	10,6	12,6	17,0	14,2	14,2		13,6	17,6	X	X			
Notas 1.ª prova parcial X 2	12	14	12	16	11	14	18	12		8	16	X	X			
Notas 2.ª prova parcial X 3	24	27	18	27	27	19,5	18	18		22,5	21	X	X			
Notas provas finais X 3	21	21	24	24	30	21	30	24		21	27	X	X			
SOMAS	66	75	65	77	80,6	71,5	80,2	68,2		65	81,6	X	X			
MÉDIAS (Notas finais nas disciplinas)	6,7	7,5	6,5	7,8	8,1	7,2	8,0	6,8		6,5	8,2	7,3	7,3			
Prova escrita																

Figura 11 – Avaliação do Resultado Escolar de 1947, do aluno Ciro Cordeiro - 2009

Fonte: Acervo do Museu Escolar do Ginásio Barão de Antonina

Nas disciplinas de Trabalhos Manuais, Economia Doméstica, Canto Orfeônico e Desenho, as provas parciais e a prova final eram práticas. Nos Trabalhos Manuais, os alunos precisavam comprovar a capacidade na execução, construção e finalização do objeto, que era feito de madeira ou couro e deveriam explicar esse processo desde a escolha do material até sua finalização. Nos Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, era comprovada pelas alunas, a capacidade da escolha de material para confecção de vários produtos através de vários tipos de pontos de bordado, crochê e tricô e também as regras de organização e cuidado com o lar e a família. Através dessa avaliação generificada, a instituição fiscalizava a assimilação do entendimento que meninos e meninas deveriam ter de seus papéis sociais futuros.

Na disciplina de Educação Física, as alunas e alunos do Ginásio Barão de Antonina constantemente eram exercitados e avaliados no cotidiano das aulas durante o ano letivo, sem a realização das provas parciais e da prova final; o que importava era a frequência às aulas e a participação efetiva no desfile cívico da Semana da Independência. O discente deveria ter no mínimo 75% de frequência em Educação Física, caso contrário, seria reprovado.

As aulas de Educação Física eram importantes, tanto para o corpo como para a nota. Eram feitas pela manhã, às sete horas em ponto, uma vez por semana. Sua frequência contava ponto para o colégio, e poucas faltas reprovavam o aluno. Uma das punições mais temidas eram três faltas em Educação Física, por indisciplina ou falta grave. Nas ocasiões apropriadas, o diretor lembrava essa possibilidade. Faltar no desfile de Sete de Setembro resultava em três faltas. Assim, ninguém faltava no desfile e nos ensaios realizados após as aulas (SICHMANN, 2007, p. 5).

Como previsto na Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, os professores, com antecedência, deveriam lançar os “pontos” para a primeira e segunda prova parcial; já para prova final, o aluno deveria estudar o conteúdo do ano todo. O lançamento desses “pontos” deveria estar registrado nos relatórios mensais enviados pelo inspetor escolar para o Ministério de Educação e Saúde no Rio de Janeiro. As notas das provas orais e escritas, dos exercícios orais e escritos e da segunda época também deveriam ser registradas no livro escolar competente e nos relatórios mensais. Ainda sobre as provas, os alunos deveriam realizá-las em silêncio e com atenção e os que se utilizassem de meios ilícitos seriam punidos exemplarmente. Seguem os artigos do regulamento do Ginásio Barão de Antonina referentes a esse tipo de punição:

Artigo 10º. – Constitui ainda transgressão disciplinar punida com a atribuição, pelos fiscalizadores, de nota 0 (zero), o fato de o aluno servir-se de meios ilícitos para beneficiar-se, durante a realização de qualquer prova.

Artigo 11º. – Poderá ser imposta penalidade coletiva nos casos excepcionais em que foi totalmente impossível apurar a responsabilidade dos culpados, pela manifesta intenção dos colegas em ocultar-lhes os mesmos (REGULAMENTO, 1945, p. 03).

Era através das provas que se averiguava a aprendizagem dos escolares, o quanto cada um tinha aprendido da matéria ministrada pelos professores; era o momento de fiscalização do quanto cada um estava envolvido com seu próprio aprendizado. A instituição, através desses mecanismos de avaliação, classificava, disciplinava, normalizava, separava cada discente, promovendo-o ou não para a série seguinte. Dessa forma,

O exame era um mecanismo que movimentava as relações de poder que perpassavam o cotidiano escolar e que permitiam obter e constituir todo um campo de conhecimento sobre seus alunos, para poder, ao mesmo tempo, medir e sancionar os que não obtivessem os resultados esperados. Desta forma, o exame passa a ter função de tornar o corpo legível (DIEGOLI, 2007, p. 67).

Os alunos e alunas do Ginásio, através das avaliações, produziam ao longo do ano letivo conhecimento, que constantemente era provado e comprovado por essas práticas escolares. Também através das cadernetas escolares (Figura 12), o Ginásio revelava aos pais o resultado dos estudos de seus filhos e a frequência às aulas. Nelas estavam inseridas as notas das provas parciais e da prova final, bem como os recados da instituição e as advertências disciplinares. Era um documento que permitia a ligação da escola com a família no processo de aprendizagem e controle dos filhos.



Figura 12 – Caderneta Escolar de 1951 do aluno Wilson Tiehmann - 2009

Fonte: Acervo do Museu Escolar do Ginásio Barão de Antonina

Uma regra clara na caderneta escolar era a obrigação da entrada no Ginásio dos alunos e alunas uniformizados. Mesmo no período da tarde, fora de seu horário normal de aulas, os discentes deveriam estar uniformizados, sendo constantemente proibida a entrada de alunos na instituição por estarem sem o uniforme (Figura 13). Essa regra também valia para as demais atividades culturais, desfiles cívicos, festas escolares e exposições. O uniforme fazia parte das práticas disciplinares do Ginásio, ao mesmo tempo em que colocava todos os estudantes num mesmo patamar na instituição, coletivizando a individualidade de cada um, tornando-os iguais perante a escola. Ele servia como destaque social, no sentido de que ser um aluno do Ginásio Barão de Antonina era, aos olhos externos e do próprio aluno, motivo de admiração, respeito e orgulho, como lembra um ex-aluno:

O uniforme era motivo de orgulho. Na cor cáqui, calça comprida, paletó com botões dourados, era uma beleza. Eu, como muitos outros, usava o uniforme em todas as ocasiões, nas viagens a Rio Negrinho, onde papai e mamãe eram professores, nos passeios, na Igreja. As fotografias, raras na época, eram tiradas com o uniforme.

Havia também uma calça branca, para as festividades e para os desfiles de Sete de Setembro (SICHMANN, 2007, p. 4).



Figura 13 – Turma da primeira série - 1949

Fonte: Acervo do Museu Escolar do Ginásio Barão de Antonina

O uniforme também tinha a função de separar os sujeitos das séries □ cada uniforme discretamente afirmava em que grupo de alunos e alunas, estava inserido, determinado sujeito escolar, demonstrando o controle minucioso da instituição sobre os discentes:

Bom que eu me lembro era uma blusa branca, de fustão, é de algodão, mas, se chamava fustão e uma saia pregueada, um casaquinho também do mesmo tecido de casimira ou senão outro tecido, mas, que fosse escuro azul marinho com botões dourados e uma boina. A boina com estrelinha, então se fosse 1ª Série uma estrelinha, 2ª Série duas, 3ª Série três e 4ª série quatro estrelinhas, então era o nosso uniforme diário (BORTOLO, 2009, p. 07).

2.3 EXPOSIÇÕES E FESTAS ESCOLARES

Além das práticas escolares de exercícios e avaliações, os alunos e alunas do Ginásio Barão de Antonina participavam de outras atividades extraclasse □ exposições de trabalhos, festas escolares, desfiles cívicos e formaturas. Além de serem atividades que permitiam a participação dos pais e comunidade em geral e não apenas a comunidade escolar, constituíam um momento ímpar para mostrar as atividades desenvolvidas durante o ano letivo do Ginásio ao restante da sociedade. Como atividades de ensino, tinham o objetivo de educar os discentes em programas culturais diversos, como complemento da educação humanística e conteudista aplicada no ginásio. Em face disso, essas atividades complementavam a formação ginásial e estavam alinhadas com as finalidades do ensino secundário daquele período e também concorriam para a formação de habilidades generificadas.

No período inicial dessa pesquisa, a “Academia Anchieta”, fundada em 1942, tinha por finalidade desenvolver nos discentes o gosto pela leitura, realização de trabalhos literários, como poesias, peças teatrais, jograis e músicas (GINÁSIO BARÃO DE ANTONINA, 1943). Até o ano de 1950, essa organização era controlada pelo diretor e professores do Ginásio; os alunos apenas realizavam as sessões lítero-musicais onde apresentavam os trabalhos culturais, sendo a organização e os ensaios dirigidos pelo corpo docente. As apresentações se davam na Semana da Pátria; na homenagem à bandeira, feita todos os sábados no período matutino e uma vez por mês num sábado à tarde; nas comemorações de aniversário de figuras ilustres da história do Brasil no decorrer do ano letivo; na abertura e encerramento das exposições escolares; nas boas-vindas a uma pessoa ilustre em visita ao Ginásio; na abertura dos desfiles cívicos; na Semana da Criança. Portanto, essa organização cultural escolar dava suporte às diversas festas escolares e exposições de trabalhos do período letivo. Os alunos eram convidados a participar apresentando um jogral, lendo um poema, formando um grupo para cantar uma música. Tinham que ensaiar num turno diferente de seu estudo e, caso não fosse possível, precisavam trazer autorização de casa para se ausentar da aula para o ensaio, como lembra uma das entrevistadas:

Uma vez por mês tinha apresentação, no último sábado do mês. Todos se reuniam, os da manhã iam para a tarde porque geralmente era à tarde. Então os que cursavam de

manhã o ginásio iam à tarde, enchia o salão nobre. Ficava cheio de alunos e começava, ia o diretor que tinha a presidência da sessão, então ele abria a seção da academia, a gente cantava o hino nacional. Deus o livre se mexesse os olhos, era um patriotismo federal e então começava, como primeiro número temos fulano de tal interpretando tal música, então intercalava uma música, um tema, um jogral, uma poesia, um canto. Era feito somente um ensaio, só um, não tinha mais, porque ia perder aula, então eles reuniam todos à tarde e aqueles que tinham aula a tarde, se fosse para sair tinha que ter autorização dos pais para poder sair da aula para fazer os ensaios, senão não era permitido, era muito rigoroso (BORTOLO, 2009, p. 10).

A partir de 1950, com a criação da Escola Normal no prédio do Ginásio, a “Academia Anchieta” passou a ser organizada com a participação dos discentes em sua diretoria, auxiliados a partir de então pelo corpo docente da instituição. A diretoria da Academia era composta por alunos do Ginásio e da Escola Normal (RELATÓRIO, 1950). O docente da disciplina de Canto Orfeônico sempre participava devido à ligação da sua disciplina com as atividades culturais de canto. Os ensaios eram feitos no Salão Nobre do educandário, sempre no período vespertino, que possuía um número bem menor de turmas e alunos do que o período matutino. Provavelmente, através dos trabalhos da Academia, os alunos e alunas se relacionavam e se conheciam. O espaço escolar da academia também servia a esse convívio social entre os futuros pretendentes, era o único espaço educativo do Ginásio que permitia esse relacionamento mais íntimo entre os gêneros, principalmente nas peças teatrais encenadas no final do ano e, a partir de 1950, nos filmes que eram exibidos no ginásio.

As exposições dos trabalhos escolares, que aconteciam no final de cada ano letivo, duravam em média uma semana e eram abertas aos pais e pessoas importantes de Mafra e cidades vizinhas. Os trabalhos eram organizados no Salão Nobre do Ginásio pelos alunos, alunas e professores das disciplinas de Desenho, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica. Aproximadamente visitava a exposição um número superior a quinhentas (500) pessoas. Os trabalhos apresentados na exposição eram desenhos, trabalhos em madeira e couro e toda uma infinidade de produtos com os mais variados tipos de pontos de agulha (RELATÓRIO, 1950). Os alunos e alunas, através da exposição, demonstravam seu aprendizado durante aquele período letivo (Figura 14).



Figura 14 – Exposição Escolar - 1948

Fonte: Acervo do Museu Escolar do Ginásio Barão de Antonina

2.4 DESFILES CÍVICOS E FORMATURAS

O Ginásio sempre participou dos desfiles da Semana da Pátria no mês de setembro. Os discentes que não participassem dessa atividade deveriam justificar com atestado médico ou com a presença dos pais no Ginásio para as devidas explicações. Não era permitida a falta nem nos ensaios realizados aos sábados ou nos dias da proximidade do desfile no período vespertino. Deveriam disciplinarmente estar uniformizados e com ordem e respeito participar concentrados da festividade (Figura 15).



Figura 15 – Desfile Cívico de 1952, com participação dos alunos e alunas do Ginásio Barão de Antonina - 1952

Fonte: Acervo do Museu Escolar do Ginásio Barão de Antonina

O desfile sempre era realizado na rua principal da cidade de Mafra. O município parava para ver as escolas desfilarem, e entre elas o único Ginásio, o Barão de Antonina, ganhava destaque e visibilidade. Os discentes iam divididos em pelotões, alguns deles desfilando com suas bicicletas enfeitadas com a cor da bandeira e, às vezes, pelotões com o uniforme de Educação Física (Figuras 16).



Figura 16 – Desfile Cívico de 1948, com participação dos alunos e alunas do Ginásio Barão de Antonina - 1948

Fonte: Acervo do Museu Escolar do Ginásio Barão de Antonina

As formaturas no Ginásio Barão de Antonina fechavam o ano letivo, com a participação dos alunos e alunas aprovados. Os discentes em segunda época não participavam da solenidade, pois os exames eram realizados após essa data. A organização da cerimônia de colação e as festividades eram organizadas pela direção da escola e pelos discentes. As regras de organização da formatura, a partir de 1950, estavam postas no regulamento escolar (RELATÓRIO, 1950, p. 15).

A maioria das formaturas de 1942 a 1952 eram realizadas no Salão Nobre do Ginásio e algumas em clubes sociais da cidade de Mafra, mas raramente era realizado o jantar. O baile de formatura apareceu apenas após 1950 com a formatura conjunta dos alunos e alunas da Escola Normal. Na cerimônia de colação de grau a mesa era composta da direção, do paraninfo e de autoridades políticas da região. O diretor do Ginásio abria a solenidade, em seguida alguns membros da mesa discursavam e depois eram entregues os certificados de conclusão do ginásial. Em nenhuma das entrevistas com ex-alunos aparece menção à

premiação dos melhores alunos formandos, ficando a cerimônia de formatura restrita à entrega dos certificados.

Como única instituição de ensino da região norte de Santa Catarina e sul do Estado do Paraná, o Ginásio Barão de Antonina, através de um conjunto de saberes e habilidades, funcionava como uma instituição normalizadora dos anseios dos grupos sociais que o utilizavam. Através das práticas escolares, imprimia nos alunos e alunas um conjunto de habilidades que tinham por fim a formação co-educativa desigual. A co-educação na instituição funcionava como um verniz, pois os saberes e as habilidades escolares eram diferenciados para os alunos e para as alunas. Essas práticas também objetivavam, ao longo do percurso escolar, de um lado a preparação de homens patrióticos que tinham como função social futura a direção de seus negócios, de suas carreiras públicas e privadas, de suas futuras profissões e, de outro, de mulheres capacitadas para realizarem com êxito a função de esposas e mães e apoiar as aspirações profissionais ou políticas de seus futuros maridos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A criação do Ginásio Barão de Antonina pela Associação Mafrense de Ensino marcou definitivamente o cenário educacional do norte de Santa Catarina e sul do Estado do Paraná, pois, a partir de 1937, o município de Mafra e cidades vizinhas passaram a contar com uma instituição de ensino secundário. Com isso, as famílias abastadas daquela região puderam matricular seus filhos e filhas num educandário próximo as suas casas, resolvendo uma situação incômoda que se desenrolava desde a fundação do município de Mafra, em 1917. Pela falta de instituições de ensino secundário próximas, os pais dependiam de muito dinheiro com a manutenção de suas filhas, e principalmente filhos, em educandários nas capitais de Santa Catarina e Paraná e nas cidades catarinenses de Blumenau, Joinville e Lages, as quais possuíam aquele tipo de ensino. Puderam, a partir de então, oferecer para mais filhos uma formação secundária.

Nas décadas de quarenta e cinquenta do século XX, a cidade de Mafra destacava-se no cenário econômico daquela região e começava um processo de re-estruturação urbana de seu centro. A criação do Ginásio estava inserida naquele processo e tornou-se destaque social no meio urbano da região, pelo grande terreno na parte mais alta do centro da cidade e pelas grandes construções feitas para atender o Ginásio, o internato e funcionários.

A Associação Mafrense de Ensino, composta por sócios da elite econômica, social e política da região □ grandes fazendeiros, agricultores, comerciantes, bancários, funcionários públicos e privados do alto escalão □, através de uma diretoria, administravam o Ginásio. A Associação era laica e, portanto, imprimiu um currículo laico na instituição até 1952.

Em relação à maioria dos ginásios catarinenses, na primeira metade do século XX, que eram de confissão católica, o Ginásio Barão de Antonina destacava-se por não ter tal postura. Vários são os motivos apontados na pesquisa para isso; mesmo tendo na população escolar a maioria de católicos, havia professores, alunos e alunas, funcionários e sócios da Associação

seguidores de outras religiões. Não houve, até 1952, nas disciplinas escolares da instituição, a disciplina de Religião. Portanto, o Ginásio, na sua estrutura administrativa e pedagógica, não restringiu a população escolar e seu currículo a uma única vertente religiosa.

Além da laicidade, o Ginásio destacou-se no cenário catarinense das instituições de ensino secundário pelo seu regime co-educativo, sendo um dos poucos estabelecimentos de ensino daquele período a praticar a co-educação. Desse modo, a educação de mulheres daquela região ganhou destaque. Como só em 1950 foi criada a Escola Normal em Mafra, e esse tipo de ensino, ao longo da história da educação catarinense, sempre teve no seu corpo discente mulheres em sua maioria, o Ginásio possibilitou, desde 1937, a educação secundária feminina. As moças de Mafra e região, após os seus estudos nos Grupos Escolares, puderam a partir de 1937 continuar seus estudos no Ginásio. Essa presença feminina na instituição foi sempre menor, nunca chegando a 45% das matrículas. O gênero masculino, naquela época, foi sempre maior.

Sendo de regime co-educativo, o Ginásio Barão de Antonina, no cotidiano escolar, praticou a educação mista. A co-educação escolar pretendida pela instituição foi apenas superficial, pois através do seu currículo, com saberes e práticas, não oportunizou para ambos os gêneros igualdade de acesso ao saber constituído e objetivou um conjunto de habilidades diferenciadas ao longo do percurso escolar. A maioria dos alunos e alunas do ginásio estudavam na mesma sala de aula, pois a instituição não poderia manter financeiramente uma turma com poucas alunas. Observou-se, a partir das matrículas das quatro séries do Ginásio, no período proposto, que, se o número de discentes permitisse, a Associação criava turmas compostas de apenas um gênero. Esse fato e a análise de outros documentos do Ginásio corroboram a falta de estudos e planejamento dos docentes e da direção da instituição para a formação de uma verdadeira co-educação, fundamentada na abertura de possibilidades iguais de aprendizagem e percurso escolar para ambos os sexos.

Os limites da co-educação encontrados nos saberes do Ginásio estavam presentes na Lei Orgânica do Ensino Secundário de 1942, nas disciplinas escolares comuns e nas generificadas. A Lei de 1942, também denominada Reforma Capanema, incluiu no currículo nacional o ensino feminino e co-educativo, normalizando um conjunto de saberes, normas e práticas escolares diferenciadas por gênero. Foi o primeiro conjunto de leis e decretos para o ensino secundário nacional a tratar da realidade feminina nessa modalidade de ensino. O currículo nacional, a partir da reforma de 1942, foi colocado em prática no Ginásio e esse, ao longo do recorte proposto, ressignificou seu currículo para atender às exigências da lei e sua clientela co-educativa. As diferenciações na lei, em relação aos gêneros, estavam também

presentes nas finalidades do ensino secundário. A lei, em seus artigos e decretos, permitia a co-educação e a educação feminina, mas aconselhava as famílias a colocarem suas filhas em instituições secundárias de exclusiva frequência feminina. Pela lei, as mulheres deveriam ter uma educação formal para a vida familiar e, mesmo se no futuro optassem por trabalhar fora, não poderiam esquecer-se de seu papel social dentro de casa.

As disciplinas escolares do Ginásio foram divididas por gênero: as disciplinas do bloco comum a alunos e alunas Português, Matemática, Latim, Inglês, Francês, Ciências Naturais, História Geral e do Brasil, Geografia Geral e do Brasil, Desenho e Canto Orfeônico □ e as separadas por gênero □ Economia Doméstica, Trabalhos Manuais e Educação Física. Tanto nas disciplinas em comum quanto nas separadas por gênero as finalidades do ensino secundário divergiam para alunos e alunas. Através das aulas, do desenvolvimento do conteúdo de cada disciplina, o currículo do Ginásio construía um ensino secundário que privilegiava as finalidades e os anseios sociais da formação masculina. As alunas, mesmo presentes no Ginásio, ficavam à margem desse processo educativo; para elas, o ensino secundário deveria ser visto como possibilidade de aumentar a cultura geral e não como um processo que continuaria em outras etapas da educação.

Nas disciplinas escolares generificadas, as alunas eram separadas dos alunos. Cada gênero, nas disciplinas de Educação Física, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica, possuía uma sala e um professor diferente. Enquanto nas disciplinas comuns todos os professores, na maioria dos anos pesquisados, eram homens, nessas disciplinas separadas por sexo, a docência das alunas era exercida por professoras. Nesse aspecto, os conteúdos, os exercícios, as avaliações, o tempo e o espaço escolar das aulas dessas matérias contradizia o regime co-educativo pregado na escola. Em grande medida, o regime escolar do Ginásio Barão de Antonina era composto de dois conceitos diferentes. Em alguns aspectos do currículo era co-educativo e em outros apenas misto, pois o regime misto de ensino basicamente separava, no espaço da sala de aula, alunos de alunas.

Nas práticas escolares do Ginásio, a construção das habilidades diferenciadas para os discentes eram visualizadas a partir da divisão do tempo e do espaço educativo. Muitos espaços da escola, em sintonia com a divisão do tempo, não permitiam a presença co-educativa: os pátios do recreio, as aulas de Educação Física, Trabalhos Manuais e Economia Doméstica. Nesses espaços, a formação de habilidades era diferenciada, uma vez que cada gênero possuía um conjunto de conteúdos, objetivos e finalidades diferentes entre si. Nos espaços em comum, além da fiscalização da postura e do comportamento, havia uma continuidade das habilidades desejadas para cada um nos espaços exclusivos para cada

gênero. O cotidiano escolar do Ginásio, através de exercícios, provas, exames, castigos e promoções, não perdia o foco dessa cultura escolar co-educativa diferenciada. Como espaço co-educativo compartilhado, as atividades culturais desenvolvidas no Salão Nobre, através da Academia Anchieta, levavam os alunos e alunas a se conhecerem e se relacionarem. Além de ser um espaço de aprendizagem, o Salão, através da Academia, permitia um relacionamento mais íntimo entre os sexos, um relacionamento social com seus prováveis pretendentes.

Enfim, a prática escolar co-educativa no Ginásio, entre os anos de 1942 e 1952, através do currículo e sua organização, era utilitarista no sentido de ser usada apenas para adequação das matrículas masculinas e femininas. Não existia na instituição um currículo verdadeiramente co-educativo, oferecendo aos alunos e alunas as mesmas oportunidades de formação. O currículo oferecia uma formação diferenciada para ambos os sexos relacionada à proposta católica, mesmo sendo um educandário laico.

Através dos saberes, práticas e habilidades escolares, a instituição de ensino secundário Ginásio Barão de Antonina promovia uma co-educação desigual, que objetivava para os homens uma formação patriótica, continuação dos estudos para ocupar futuramente um espaço social na direção de seus negócios, de sua carreira pública e privada; para as mulheres, uma capacitação para realizarem no futuro sua função social de esposas e mães e de apoio às aspirações profissionais e políticas de seus futuros maridos.

FONTES E REFERÊNCIAS

1. FONTES PRIMÁRIAS

1.1. Documentos manuscritos ou impressos:

a) Acervo do Museu do Ginásio Barão de Antonina (Mafra)

Atas das reuniões da Associação Mafrense de Ensino [livro ata]. Mafra.

AVALIÇÃO Escolar [livro ata]. Mafra.

Correspondências Oficiais 1936-1943 [pasta]. Mafra.

ESTATUTO da Associação Mafrense de Ensino. Mafra, 1936.

GINÁSIO BARÃO DE ANTONINA. **Relatório**. Mafra: [s.n.], 1937.

GINÁSIO BARÃO DE ANTONINA. **Relatório**. Mafra: [s.n.], 1938.

GINÁSIO BARÃO DE ANTONINA. **Relatório**. Mafra: [s.n.], 1939.

GINÁSIO BARÃO DE ANTONINA. **Relatório**. Mafra: [s.n.], 1940.

GINÁSIO BARÃO DE ANTONINA. **Relatório**. Mafra: [s.n.], 1941.

GINÁSIO BARÃO DE ANTONINA. **Relatório**. Mafra: [s.n.], 1942.

GINÁSIO BARÃO DE ANTONINA. **Relatório**. Mafra: [s.n.], 1943.

GINÁSIO BARÃO DE ANTONINA. **Relatório**. Mafra: [s.n.], 1944.

GINÁSIO BARÃO DE ANTONINA. **Relatório**. Mafra: [s.n.], 1945.

GINÁSIO BARÃO DE ANTONINA. **Relatório**. Mafra: [s.n.], 1946.

GINÁSIO BARÃO DE ANTONINA. **Relatório**. Mafra: [s.n.], 1947.

GINÁSIO BARÃO DE ANTONINA. **Relatório**. Mafra: [s.n.], 1948.

GINÁSIO BARÃO DE ANTONINA. **Relatório**. Mafra: [s.n.], 1949.

GINÁSIO BARÃO DE ANTONINA. **Relatório**. Mafra: [s.n.], 1950.

GINÁSIO BARÃO DE ANTONINA. **Relatório**. Mafra: [s.n.], 1951.

GINÁSIO BARÃO DE ANTONINA. **Relatório**. Mafra: [s.n.], 1952.

INSTRUÇÕES para o ensino da Educação Física nos estabelecimentos escolares no período letivo de 1941. Florianópolis, 1941.

LIVRO ata das penalidades. Mafra, 1952-1969.

LIVRO ata de promoções. Mafra, 1936-1951.

MANUAL de ginástica acrobática. Florianópolis, 1952.

REGULAMENTO escolar. Mafra, 1945.

RELATÓRIO de verificação prévia para funcionamento do curso científico. Mafra, 1950.

RELATÓRIO Histórico do C. E. Barão de Antonina. Mafra, 1998.

SICHMANN, Wilson. **Memórias do Ginásio Barão de Antonina**. [2007]. 13 p.

1.2. Periódicos:

A Comarca (Rio Negro): 1931-1938.

O Idealista (Mafra): 1952-1955.

Jornal de Mafra (Mafra): 1939-1955.

O Rio Negrense (Rio Negro): 1942-1960.

O Trabalho (Mafra): 1936-1941.

1.3. Entrevistas:

BORTOLO, Anidir Cordeiro. Entrevista concedida a Marcos Roberto Martins. Mafra, 27 jan. 2009. Mimeografado.

2. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jane Soares de. **Os desafios da escola co-educativa nos tempos republicanos**. In: IV Congresso Brasileiro de História da Educação, 2006, Goiânia. Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação. Goiânia: UCG, 2006. v. 1. p. 123.

_____. **Missionárias norte-americanas na educação brasileira: vestígios de sua passagem nas escolas de São Paulo no século XIX**. Revista Brasileira de Educação. v.12, n.35, p. 327 - 342, maio/ago. 2007.

BICUDO, Joaquim de Campos. **O ensino secundário no Brasil e sua atual legislação (de 1931 a 1941)**. São Paulo: Associação dos Inspectores Federais de ensino Secundário de São Paulo, 1942.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos sobre a educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

DALLABRIDA, Norberto. **A fabricação escolar das elites: o Ginásio Catarinense na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2001.

_____. **Privatização e elitização do ensino Secundário em Santa Catarina (final do século XIX – meados do século XX)**. In: VALLE, Ione Ribeiro, DALLABRIDA, Norberto (Org.). Ensino Médio em Santa Catarina. Histórias – Políticas – Tendências. Florianópolis: Cidade Futura, 2006.

DALLABRIDA, N. ; GARCIA, Letícia Cortellazzi . **O Colégio Coração de Jesus e a inserção das mulheres no ensino secundário em Santa Catarina (1935-1945)**. In: VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 2006, Uberlândia - MG. Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação. Uberlândia - MG: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. p. 1335-1344.

DALLABRIDA, N.; CARMINATI, Celso João . **Ensino Secundário em Santa Catarina: da instituição da república à Era Vargas (à guisa de introdução)**. In: _____. (Org.). O tempo dos ginásios: ensino secundário em Santa Catarina (final do século XIX - meados do século XX). Campinas - SP: Mercado de Letras, 2007, v., p. 13-27.

DALLABRIDA, N.; SILVA, F. L.. **Ginásio Lagunense: laicidade e co-educação (1932-1945)**. In: DALLABRIDA, Norberto; CARMINATI, Celso João. (Org.). O tempo dos ginásios: ensino secundário em Santa Catarina (final do século XIX - meados do século XX). Campinas - SP: Mercado de Letras, 2007, v., p. 29-53.

DIEGOLI, Rogéria Rebello. **Sólida Instrução e educação Esmerada: as estratégias disciplinares no Colégio Santo Antônio, Blumenau – SC (1932-1942)**. In: DALLABRIDA, Norberto; CARMINATI, Celso João. (Org.). O tempo dos ginásios: ensino secundário em Santa Catarina (final do século XIX – meados do século XX). Campinas – SP: Mercado de Letras, 2007, v., p. 51-79.

ENSINO, Associação Mafrense de. Matrícula. **O Trabalho**. Mafra, 9 jan. 1937, p. 03.

FIORI, Neide Almeida. **Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1991.

GARCIA, Letícia Cortellazzi. **Sobre Mulheres Distintas e Disciplinadas: Práticas Escolares e Relações de Gênero no Ginásio Feminino do Colégio Coração de Jesus (1935-1945)**. 2006. Monografia (Bacharelado em História). Centro de Ciências da Educação – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

JULIA, Dominique. **A Cultura Escolar como Objeto Histórico**. Revista Brasileira de História da Educação. Campinas, n.1, p. 9-43, jan./jun. 2001.

JULIA, Dominique. **Disciplinas Escolares: Objetivos, Ensino e Apropriação**. In: LOPES, Alice Casemiro; MACEDO, Elizabeth. (Org.). Disciplinas e integração curricular. Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p. 37-71.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas/São Paulo: UNICAMP, 1996.

LEI orgânica do ensino secundário e legislação complementar. Ministério da educação e cultura. Rio de Janeiro, 1953.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARTINS, M. R.. **A Co-Educação Escolar das Cidades Irmãs: Ginásio Barão de Antonina nas Décadas de 1930 a 1940**. In: DALLABRIDA, Norberto; CARMINATI, Celso João. (Org.). O tempo dos ginásios: ensino secundário em Santa Catarina (final do século XIX – meados do século XX). Campinas – SP: Mercado de Letras, 2007, v., p. 167-184.

MUNIZ, Venceslau. Ensino Secundário. **O Trabalho**. Mafra, 2 out. 1937, p. 03.

O MANIFESTO dos Pioneiros da Educação Nova. In: GUIRALDELLI JUNIOR, Paulo. **História da Educação Brasileira**. São Paulo: Cortez, 1994.

PINÇON, Michel; PINÇON-CHARLOT, Monique. **A infância dos chefes – A socialização dos herdeiros ricos na França**. In: ALMEIDA, Ana Maria F., NOGUEIRA, Maria Alice (Org.). A Escolarização das Elites: um panorama internacional da pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PORTARIA 501 de 19 de maio de 1952 e legislação complementar. Companhia Editorial Nacional. São Paulo, 1960.

REVISTA Comemorativa do Cinquentenário do Município de Mafra. Curitiba, PR: Lítero-Técnica, 1967.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. 18 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

VALDIVINO, J. **O perigo da co-educação**. Fortaleza, CE: Cruzada da Boa Imprensa LTDA, 1940.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras lições sobre a sociologia de P. Bourdieu**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu entrevistado por Maria Andréa Loyola**. Coleção: Pensamento Contemporâneo. RJ: EdUERJ, 2002.

BRITO, Ângela Xavier. **“O saldo é positivo” Cultura Escolar Católica e Socialização das Elites Femininas Brasileiras, 1920 – 1970**. Paris: CERLIS, 2005.

CAMPOS, Cynthia Machado. **Controle e normalização das condutas em Santa Catarina (1930-1945)**. 1992. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992.

CANTUARIA, Adriana Lech. **Das escolas de imigrantes aos colégios internacionais: a constituição do espaço das escolas internacionais em São Paulo – 1878 – 1978**. In: Proposições: Dossiê: A Expansão da Escolarização. Campinas, SP, v.15, n.2 (44), maio/ago. 2004.

CUNHA, Maria Teresa Santos. **As Armadilhas da Sedução: os romances de M. Delly**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **Rezas, Ginástica e Letras: Normalistas do Colégio Coração de Jesus – Florianópolis/ décadas de 1920 e 1930**. In: DALLABRIDA, Norberto (Org). Mosaico de escolas: Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

FÁVERI, Marlene de. **Moços e moças para um bom partido: a construção das elites – Itajaí, 1929**. Itajaí: Ed. da UNIVALI, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 7. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

SANTA CATARINA. Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina. **Evolução Histórico-Econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII – 1960)**. Florianópolis: CEAG/SC, 1980.

TRIDAPALLI, Ana Laura. **Bons Cristãos e Virtuosos Cidadãos: Cultura Escolar Marista no Ginásio Aurora (1938-1945)**. 2006. Monografia (Bacharelado em História). Centro de Ciências da Educação – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.